

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JULIANO SANTOS DO CARMO

LINGUAGEM E REALIDADE NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS*

Porto Alegre
2009

JULIANO SANTOS DO CARMO

LINGUAGEM E REALIDADE NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS*

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Porto Alegre
2009

JULIANO SANTOS DO CARMO

LINGUAGEM E REALIDADE NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS*

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em 12 de janeiro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich – PUCRS

Prof. Dr. Adriano Naves – UNISINOS

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida – PUCRS

À todos meus amigos, com carinho e gratidão

Aos meus pais José e Elaine, com amor.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por fornecer bolsa integral de mestrado, a qual possibilitou a presente pesquisa.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) por acolher o projeto que resultou na presente dissertação e por oferecer as melhores condições possíveis de pesquisa e discussão.

Aos professores Cláudio de Almeida e Draiton Gonzaga de Souza pelo apoio e incentivo em momentos importantes de minha vida acadêmica.

Ao professor e amigo Roberto Pich por ter orientado meu estudo nessa disciplina e por sua singular generosidade intelectual.

RESUMO

O objetivo deste estudo é explorar a inter-relação dos conceitos de representação e gramática no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein. A questão mais importante colocada à Filosofia da Linguagem é a relação linguagem-realidade, pois, com efeito, saber como a linguagem é capaz de significar coisas, ou seja, referir-se à realidade, é o problema fundamental de qualquer filósofo quando busca pensar a realidade através de proposições. Ao longo de sua vida o problema da conexão entre linguagem e mundo tornou-se uma obsessão para Wittgenstein, repetidamente ele retoma este tema para elucidar a natureza da representação do mundo na linguagem. Esta tarefa domina o *Tractatus* e continua como um tema dominante nas investigações gramaticais de sua filosofia posterior. É por isso que começo minha argumentação pela estrutura da realidade e imediatamente passo a analisar a estrutura da linguagem, para que no fim deste trabalho se possa perceber a grandeza desta questão. Durante a análise eu procurarei clarificar alguns conceitos importantes do *Tractatus*, tais como o conceito de “fato” e “estado de coisas possível”, “objetos” e “nomes”, “figuração” e “método de projeção”.

Palavras-chave: Linguagem; Realidade; Representação; Proposição; Critério de sentido; Wittgenstein.

ABSTRACT

The purpose of this study is to explore the interrelated concepts of representation and grammar in Wittgenstein's *Tractatus Logico-Philosophicus*. The most important matter put to the Language of Philosophy is the relation between language/reality, because in fact to know how a language is capable to mean things, i.e., to refer to the reality, is the fundamental problem for any philosopher who intends to think about reality through propositions. Throughout his life the problem of the connection between language and the world obsessed him and repeatedly in his writings he returned to the elucidation of the nature of a perspicuous representation of the world in language. This task dominates the *Tractatus* and continues as a major preoccupation in the grammatical investigations of the later philosophy. This is why I begin my argument from the structure of reality and immediately after step to analyze the structure of language, so that at the end of this work can realize the greatness of this issue. During the analysis will seek to clarify some important concepts *Tractatus*, such as the concept of "fact" and "possible states of affairs", "objects" and "names", "figuration" and "method of projection".

Key-words: Language; Reality; Representation; Proposition; Criterion of meaning; Wittgenstein.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 DA ESTRUTURA DA REALIDADE	12
2.1 Do projeto filosófico do <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	12
2.2 Da representação enunciativa da realidade.....	18
2.2.1 Fatos e coisas	21
2.2.1.1 Estados de coisas possíveis	25
2.2.1.2 Estados de coisas efetivos	26
2.3 Objetos e nomes	29
2.3.1 Do alcance representativo da linguagem	35
3 DA ESTRUTURA DA LINGUAGEM	41
3.1 Da essência da proposição.....	41
3.2 Da proposição como modelo de realidade.....	45
3.3 Da forma geral de uma proposição.....	48
3.4 Sentido e método de projeção.....	52
3.5 Do espaço lógico	58
3.6 Das proposições da Filosofia.....	62
3.7 Das proposições da lógica	64
3.8 Do isomorfismo entre linguagem e mundo	70
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta investigação é explorar a inter-relação dos conceitos de representação e linguagem no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein, onde o problema da conexão entre linguagem e mundo aparecerá como tema recorrente e, também, buscar elucidar a natureza da representação do mundo através da linguagem.

A pergunta pelo significado das expressões na linguagem, ou ainda, do modo como elas adquirem significação, exige para sua resposta uma análise fina das duas esferas implícitas na questão: a estrutura da linguagem e a estrutura da realidade. Como pretendo deixar claro nesta dissertação, o *Tractatus Logico-Philosophicus* defende o ponto de vista de que a estrutura da realidade determina de algum modo a estrutura da linguagem.

A questão do significado lingüístico consolidou-se como uma das questões filosóficas mais fundamentais em toda a história da filosofia. Não apenas por colocar em jogo o discurso filosófico como um todo, mas, também, toda e qualquer espécie de comunicação significativa. Desde a antiguidade a questão de entender e investigar o escopo dos conceitos sempre foi um problema para os filósofos, motivo pelo qual cada filósofo sempre aumentou ou diminuiu o escopo de alguns conceitos. Quando isto não se mostrava razoável surgia então a necessidade de criar novos conceitos. Na filosofia moderna a linguagem parece ocupar pouco espaço, pois a epistemologia parece já acender os debates filosóficos em todos os maiores centros acadêmicos. Contudo, é no início do século passado que a linguagem é problematizada e debatida com alguma relevância.

O ponto de partida para o debate filosófico contemporâneo a respeito da linguagem (e o que ela pode representar significativamente a respeito da realidade) parece residir em uma desconfiança a respeito do poder da linguagem ordinária em se tratando de descrever cientificamente o mundo. Muitos filósofos importantes do século XX, em razão dessa desconfiança, buscaram mostrar que uma linguagem formal (lógica) poderia ser muito mais eficiente para os propósitos filosóficos ou científicos.

Outros filósofos buscaram mostrar que na linguagem ordinária encontramos já todas as relações lógicas ocultas para uma *orto-linguagem*. Entre estes filósofos encontramos um dos fundadores da lógica moderna, Gottlob Frege (1848-1925), que em sua obra *Conceitografia (Begriffsschrift)* apresenta um novo *simbolismo* suficientemente capaz de ressaltar com clareza essas relações lógicas ocultas.

O presente trabalho tem como foco central a questão da relação entre linguagem e mundo no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Desse modo, levando-se em conta o tema que será analisado aqui, resolvi dividir o texto em dois grandes capítulos, a saber: “Da estrutura da realidade” e “Da estrutura da linguagem”, cada qual com suas correspondentes seções e subseções. O primeiro capítulo se encarregará de explicitar os aspectos ontológicos mais importantes do *Tractatus*, com o objetivo de oferecer as bases segundo as quais a linguagem encontra-se ancorada. Para isso considere necessário apresentar alguns elementos fundamentais a respeito do projeto filosófico de Wittgenstein no *Tractatus*, procuro mostrar ali, portanto, suas relações com as obras de Frege e Russell. Na seção 2.2, deste trabalho, eu apresento algumas condições essenciais a que se supõe estar submetida toda a representação enunciativa da realidade.

Não é possível entender adequadamente a obra do “primeiro Wittgenstein”, em especial seus aspectos ontológicos, se não refletirmos a respeito dos conceitos de “fatos” e “coisas”, “objetos” e “nomes” e “forma geral da proposição”, é por isso que dediquei seções e subseções onde trato exclusivamente destes conceitos, embora obviamente merecessem cada um deles um capítulo inteiro. Ainda no primeiro capítulo, eu analisarei as relações projetivas entre nomes e objetos, com o objetivo de mostrar que o sentido de uma proposição depende de algum modo destas relações. Para finalizar este capítulo, buscarei mostrar que Wittgenstein recusou fortemente o ponto de vista epistemológico em se tratando da representação de objetos, e que priorizou seus esforços no sentido de estudar os limites e alcances do poder representativo da linguagem.

No segundo capítulo, inicio minha argumentação buscando explicitar um parágrafo importante da obra deste filósofo, pois creio que assim fica mais fácil perceber os importantes aspectos da relação linguagem-mundo. Trata-se do parágrafo 5.4711, onde Wittgenstein afirma que “especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda

descrição e, portanto, a essência do mundo”¹. Para realizar esta tarefa julguei importante apresentar algumas características importantes da teoria da figuração, o que me levou a considerar a “forma geral de uma proposição”, os conceitos de “espaço lógico” e o estatuto das proposições da lógica e da filosofia. Por fim, considero alguns aspectos do isomorfismo lógico entre linguagem e mundo.

Veremos que a teoria da linguagem que Wittgenstein desenvolve no *Tractatus* resolve em alguma medida os problemas tradicionais em filosofia, mas, por outro lado, levanta uma série de outros problemas a respeito do modo de representação lingüístico da realidade. Tratarei de mostrar que alguns deles não passam de más interpretações de algumas passagens do texto do filósofo.

¹ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2001. §5.4711. Doravante o *Tractatus Logico-Philosophicus* será citado apenas pela sigla TLP, seguindo a edição e tradução supracitada.

2 DA ESTRUTURA DA REALIDADE

Um dos principais objetivos deste capítulo é mostrar que a relação entre linguagem e mundo é extremamente importante para o contexto do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Não seria de todo equivocado dizer, contudo, que não há como se falar de mundo/realidade senão através de um exame crítico da linguagem. No entanto, por razões metodológicas, buscarei, na medida do possível, explicitar primeiramente o modo como Wittgenstein entende a realidade e seus conceitos constituintes, para que no próximo capítulo eu possa expor a estrutura da linguagem e mostrar como ambas as esferas se alocam harmonicamente neste sistema.

2.1 Do projeto filosófico do *Tractatus Logico-Philosophicus*

O projeto arquitetônico do *Tractatus* tem por base a articulação de duas esferas, a saber: a estrutura essencial do mundo e a estrutura essencial da linguagem. Todos os argumentos giram em torno do estabelecimento destas estruturas. Poucos filósofos conseguiram estabelecer conexões entre metafísica e lógica de maneira tão densa e fecunda como Wittgenstein o fez no *Tractatus*.

Através de seus aforismos, enigmáticos e elípticamente encadeados, essas relações em inúmeros níveis e direções, correspondentes aos vários propósitos que o texto persegue: a caracterização filosófica do estatuto da lógica, a caracterização lógica do estatuto da filosofia, o estabelecimento da estrutura essencial do mundo (tarefa metafísica por excelência) na base do estabelecimento da estrutura essencial da proposição (tarefa lógica por excelência).²

No decorrer de sua argumentação acerca do enlace destas estruturas Wittgenstein pretende resolver todos os problemas filosóficos, mostrando que eles em verdade não passam de pseudoproblemas e que, como tal, não merecem a atenção que costumeiramente a eles se

² SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A essência da proposição e a essência do mundo. In *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 13.

dá. A tarefa não parece nada fácil uma vez que são vários os problemas filosóficos e há muito tempo mesmo as mentes mais audaciosas não conseguiram resolver sequer um terço deles. Como mostrarei mais tarde, Wittgenstein de fato resolve os problemas da filosofia com uma argumentação bastante engenhosa, porém, com conseqüências que poucos parecem estar dispostos a assumir.

Alheio ao fato de que algum outro pensador já tenha desenvolvido semelhante pensamento, Wittgenstein avança à moda dos grandes filósofos de nossa história. A pretensa solução para os problemas tradicionais em filosofia, da lógica à ética, da pergunta sobre a estrutura última da realidade à busca pelo sentido da vida, da filosofia da linguagem à reflexão sobre a própria tarefa da filosofia e seus objetos de investigação, é apresentada ao leitor com um rigor cartesiano: não é necessário demonstrar que cada um dos problemas tradicionais da filosofia são em verdade pseudoproblemas, o que seria uma tarefa praticamente infinita; *mas visto que a ruína dos alicerces carrega necessariamente consigo todo o resto do edifício*³, basta demonstrar que a base segundo a qual todos eles estão ancorados é equivocada.

A novidade expressa pelo *Tractatus* encontra sua raiz arqueológica nas teorias de dois pensadores extremamente importantes para a filosofia do século XX, trata-se de Frege⁴ e

³ DESCARTES. *Meditações Metafísicas*. 1ª Meditação, §2.

⁴ Frege é considerado um dos grandes fundadores da lógica moderna, pois apresentou um simbolismo lógico suficientemente capaz de expressar as relações lógicas relevantes para o cálculo proposicional. A lógica formal sempre priorizou o cálculo proposicional como instrumento de análise das relações lógicas entre proposições. O cálculo proposicional é um ramo da lógica que se ocupa daquelas inferências que dependem da força da negação, da conjunção, da disjunção, etc., quando aplicadas às proposições tomadas como um todo. Seu princípio fundamental é que o valor de verdade (isto é, a verdade ou a falsidade das proposições que contém operadores tais como “e”, “se”, “ou”) está determinado unicamente pelos valores de verdade que as compõem. Os operadores lógicos, ou constantes lógicas, ligam nomes e predicados nas proposições. A primeira formulação sistemática do cálculo proposicional aparece em uma obra de Frege, a *Conceitografia*, apresentado na forma axiomática de maneira tal que todas as leis da lógica são derivadas, mediante um método específico de inferência e a partir de um certo número de princípios primitivos. Sem dúvidas, a maior contribuição de Frege à lógica foi sua invenção da teoria da quantificação: um método para simbolizar e expor rigorosamente aquelas inferências cuja validade depende de expressões tais como “todo”, “algum”, “qualquer”, “cada”, “nenhum”. Utilizando-se de uma notação específica para quantificação, Frege apresenta na *Conceitografia* um cálculo no qual ele formaliza tais inferências. Este cálculo, que mais tarde ficou conhecido como “cálculo de predicados”, assentou as bases de todos os subseqüentes desenvolvimentos da lógica e formalizou a teoria da inferência de modo mais rigoroso do que a teoria aristotélica.

Russell⁵. Com efeito, muito do que se encontra no interior do *Tractatus* diz respeito aos desenvolvimentos lógico-linguísticos destes autores, podendo-se dizer, inclusive, que Wittgenstein leva às últimas conseqüências alguns pontos fundamentais das construções filosóficas deles.

Mencionei a pouco que o debate contemporâneo a respeito da linguagem surge de uma espécie de desconfiança do alcance da linguagem ordinária em se tratando de questões filosóficas ou científicas. Pois bem, a linguagem ordinária não era suficientemente precisa para os propósitos de Frege. Em conseqüência disto, ele inventa uma escrita conceitual com o objetivo de limpar a linguagem de tudo aquilo que se mostrava irrelevante para a validade da prova, já que este era o objetivo de seu estudo. Os elementos dos enunciados que são essenciais para a inferência constituem, na terminologia de Frege, o conteúdo conceitual; decorre daí a razão pela qual sua nova notação ficou conhecida como “escrita conceitual”.

Sua escrita conceitual não pretendia descartar a linguagem ordinária como imperfeita. Mas, antes, a relação entre a escrita conceitual e a linguagem ordinária para Frege assemelha-se a relação que há entre o olho e o microscópio. O olho é claramente superior ao microscópio: pode ser aplicado de muitos modos e sobre muitos objetos sobre os quais o microscópio é inútil. Somente quando se requer uma alta resolução para fins particulares é que o microscópio se mostra superior ao olho nú. De modo muito similar, a escrita conceitual foi desenhada com o objetivo de ressaltar nitidamente aqueles elementos que são essenciais para a validade da prova. Para este fim a linguagem ordinária é extremamente fecunda, mas as formas de expressões das linguagens naturais podem ser enganosas. Frege esperava que sua notação conceitual fosse suficientemente capaz de revelar as ilusões geradas por idiomas ambíguos.

⁵ Russell foi o responsável pela elaboração de algumas das mais influentes teses filosóficas do século XX e, com elas, ajudou a fomentar uma importante tradição filosófica, a assim chamada Filosofia Analítica. Entre outras teses, destaco a tese logicista, ou da lógica simbólica, de fundamentação da Matemática. Segundo Russell, todas as verdades matemáticas – e não apenas as verdades da aritmética, como pensava Frege – poderiam ser deduzidas a partir de umas poucas verdades lógicas, e todos os conceitos matemáticos reduzidos a uns poucos conceitos lógicos primitivos. Além disso, a descoberta do que se caracterizou como o “paradoxo de Russell”, a “teoria das descrições definidas” e a “teoria dos tipos”, exerceram grande influência no pensamento do Wittgenstein do *Tractatus*.

Quando Frege diz que a linguagem ordinária é enganosa, não quer dizer com isso que os falantes de uma linguagem ordinária estejam imersos no erro em seu uso cotidiano da linguagem, mas antes que os gramáticos analisem a linguagem de modos falaciosos para fins lógicos. Um exemplo deste mal-entendido é encontrado já na distinção entre sujeito e predicado de uma proposição⁶. Considere os seguintes enunciados:

O Grêmio derrotou o Internacional.
O Internacional foi derrotado pelo Grêmio.

Desde cedo aprendemos que estas duas proposições são bastante diferentes entre si, uma vez que possuem sujeitos e predicados distintos. O sujeito da primeira é “Grêmio” e o predicado (que por sua vez poderia ser analisado em termos de verbo ativo e objeto) é “derrotou o Internacional”; o sujeito da segunda proposição é “Internacional” e o predicado (que por sua vez poderia ser analisado em termos de verbo passivo e agente) é “foi derrotado pelo Grêmio”.

Há, certamente, diferenças de importância lingüística entre as construções ativa e passiva. A escolha de uma ou de outra dependerá, segundo Frege, do contexto da interação entre falantes e ouvintes: eu poderia aqui escolher entre uma e outra forma de expressar a vitória do Grêmio, seja por razões de ênfase, seja para ligar uma frase ao que eu já havia dito antes, por exemplo. Porém as diferenças entre estas expressões não possui a menor influência no que delas se segue logicamente. De modo que, tudo o que segue da primeira proposição, se segue também da segunda, e vice-versa. Desse modo, uma e outra proposição não são diferentes no que se refere ao seu conteúdo conceitual.

Na *Conceitografia*, Frege reintroduz as noções de sujeito gramatical e predicado gramatical através dos conceitos lógicos de “argumento” e “função”. Suponha que tomemos mais uma vez nossa proposição: “O Grêmio derrotou o Internacional”. E que no lugar da palavra “Internacional” colocássemos a palavra “Juventude”. É claro que isto altera o

⁶ Em sua obra posterior, Frege volta a usar o termo “predicado” empregando-o de um modo diferente deste que apresentarei aqui. Podemos utilizar aqui os termos “sujeito gramatical” e “predicado gramatical” para indicar a distinção introduzida na escrita conceitual, e utilizar “predicado *tout court*” no sentido que ele mesmo utilizou em seus escritos posteriores.

conteúdo da proposição, e que, certamente, transforma uma proposição verdadeira em uma proposição falsa. Podemos assim conceber que o enunciado é formado por um componente constante, a saber: “O Grêmio derrotou o...”; e um símbolo substituível “Internacional”. O nome “Internacional” pode ser substituído por outros símbolos similares, por nomes que designem outros clubes do mesmo modo que “Internacional” nomeia “Internacional”. Concebido o enunciado desse modo, Frege chamará de função o primeiro componente fixo, e de argumento da função o segundo componente.

O enunciado “O Grêmio derrotou o Internacional” é o resultado de completar a expressão “O Grêmio derrotou...” com o nome “Internacional”, e o enunciado “O Grêmio derrotou o Juventude” é o resultado de completar a mesma expressão com o nome “Juventude”. Se o Grêmio derrotou o Internacional o valor da função será o verdadeiro. Do contrário o valor da função será o falso.

Do mesmo modo do que ocorre na distinção entre sujeito e predicado, a distinção entre função e argumento não afeta o conteúdo conceitual. Um enunciado isolado pode ser certamente analisado em termos de função e argumento em mais de uma forma, ainda que retenha o mesmo conteúdo conceitual. Veja-se o seguinte exemplo: “O Grêmio derrotou o Internacional”.

“O Grêmio derrotou o...” não é somente o valor para o argumento “Internacional”, mas é também o valor da função “... derrotou o Internacional”. Desse modo, cada uma das expressões “O Grêmio derrotou o...” e “... derrotou o Internacional” necessita de um nome singular para tornarem-se enunciados. Elas são na terminologia fregeana funções que exigem apenas um argumento. Já a expressão “... derrotou o...” necessita ser complementada por dois nomes para que seja convertida em um enunciado: é uma função que exige dois argumentos, de modo que “O Grêmio derrotou o Internacional” é o valor desta função para os argumentos “Grêmio” e “Internacional”.

É evidente, no entanto, que a ordem em que os argumentos ocorrem pode introduzir uma grande diferença, portanto, uma escrita conceitual deverá especificar o modo como se deve representar a ordem de suas ocorrências.⁷

Assim como Frege, a tarefa de Russell em suas investigações é proporcionar um inventário sistemático das formas proposicionais possíveis e estabelecer as leis relativas às propriedades e relações formais das proposições. Segundo Luiz Henrique Lopes dos Santos (2001, p. 44), Russell procurou assentar as bases de seu inventário naquilo que ele chamou de “teoria dos tipos” e sobre a enumeração e elucidação dos símbolos lógicos. Esta é uma das tarefas da “guinada lingüística” e indica um dos inúmeros pontos que ligam estes autores à Wittgenstein.

Semelhantemente ao que pensa Frege, Wittgenstein não pretende descartar a linguagem ordinária como ineficiente para falar do mundo. Não há nenhum problema com lógica da linguagem ordinária, pois uma linguagem, para ser uma linguagem, não poderia ser imperfeitamente lógica. Ou uma expressão tem sentido ou não tem, não há posição intermediária. Ocorre, no entanto, que Wittgenstein acreditava que na linguagem ordinária as relações lógicas não eram eficientemente claras, para uma ciência formal, tal como poderia ser um cálculo que fosse especialmente construído para exibir estas relações. Pois a gramática, na linguagem ordinária, oculta a forma lógica. O recurso a um cálculo lógico se justificava na medida em que ele poderia mostrar a forma lógica da linguagem ordinária de maneira mais clara e evidente do que o faz a própria linguagem ordinária. O *Tractatus* tem um objetivo claro: compreender a estrutura e os limites do pensamento e, para atingir este objetivo, seu método é investigar a estrutura e os limites da linguagem. Wittgenstein pensava que os sistemas formais de Frege e Russell não alcançaram este objetivo em vários aspectos.

A importância da obra de Frege e Russell no texto de Wittgenstein não é matéria de discussão. O impacto de suas obras pode facilmente ser reconhecido em algumas das idéias centrais do *Tractatus*. Segundo McGinn (2006), Geach e Ascombe foram os primeiros a defender a idéia de que o *Tractatus* não poderia ser entendido independentemente da obra de Frege. Outros filósofos, no entanto, discordam da posição que coloca o *Tractatus* exageradamente afiliado à obra de Frege, e afirmam que na verdade o entendimento de

⁷ Para uma análise mais detalhada do modo como Frege concebe estes conceitos veja-se: KENNY, A. *Introducción a Frege*. Madrid: Catedra, 1997.

Wittgenstein a respeito de Frege era bastante superficial e freqüentemente embaçado pelas idéias que Russell tinha a respeito da obra de Frege. Afirmam, também, que o *Tractatus* está mais profundamente enraizado na obra de Russell do que na de Frege.

Não é meu objetivo aqui embarcar nesta disputa, mas apenas assinalar que com ela temos ao menos duas posições interpretativas distintas a respeito de algumas idéias contidas na obra de Wittgenstein. Diante desta controvérsia seria importante perceber o modo como Wittgenstein identifica os problemas nos trabalhos de Frege e Russell e como ele pensa tê-los resolvido. Não desejo trilhar este caminho aqui, mas apenas ressaltar que com ele pode-se ver claramente não apenas o contexto filosófico em que o *Tractatus* é concebido, mas também uma elucidação maior a respeito da natureza da proposição e das proposições da lógica.

Muitas são as inovações se comparadas aos trabalhos de seus mentores, em especial destaco as seguintes: a idéia de proposições como modelos de realidade, a idéia da figuração lógica, a idéia de relações internas, a distinção entre dizer e mostrar, entre o que é essencial e o que é acidental em um símbolo, entre nomes e expressões relacionais, entre funções e operadores, entre proposições gerais e proposições da lógica, entre outras.

O importante é ressaltar que todas as distinções têm origem em uma questão comum: Wittgenstein acredita que o erro fundamental de Frege e Russell está no modo como entendem a natureza da proposição. Segundo Glock (1997, p. 26), uma das diferenças fundamentais entre o pensamento de Wittgenstein e seus predecessores, diz respeito ao modo como eles concebem as proposições necessárias. Enquanto as proposições necessárias representam descrições verdadeiras, acerca do modo como as pessoas pensam (lógica psicologista), ou acerca de relações entre entidades abstratas (Frege), ou ainda sobre os traços mais gerais do universo (Russell), para Wittgenstein, ao contrário, o estatuto apriorístico das proposições lógicas se deve não ao fato de que descrevem alguma realidade peculiar, mas, antes, ao fato de que refletem/mostram regras descritivas da realidade empírica. Para o autor do *Tractatus*, a lógica corporifica as precondições necessárias para a representação enunciativa ou simbólica.

2.2 Da representação enunciativa da realidade

Em primeiro lugar deve-se ter em mente que o mundo para Wittgenstein é constituído por fatos (*Tatsache*), e por todos os fatos. Mas o que é um fato? Grosso modo, fato é um estado de coisas efetivo, positivo, portanto, pois ocorre no mundo. Não há como definir fatos no contexto do *Tractatus* sem mencionar ao menos a recorrente controvérsia que encontramos na literatura especializada a respeito de fatos em sentido geral e fatos elementares ou atômicos (*Sachverhalt*). Em parte a discordância interpretativa reside em fragmentos de algumas cartas de Wittgenstein endereçadas à Russell e Frege.

Russell em sua introdução ao *Tractatus* afirma que fatos não-compostos de outros fatos, ou ainda “fatos simples”, são justamente aquilo que Wittgenstein chama de *Sachverhalt*, e que “fatos compostos”, ou relacionados com outros fatos, são o que ele chama de *Tatsache*. Desse modo, para Russell, ou bem um fato é simples (atômico) ou bem um fato é complexo, do mesmo modo como as proposições são concebidas por Wittgenstein: ou bem uma proposição é simples (atômica/elementar) ou bem uma proposição é complexa. A consequência desta interpretação é aquela bastante trivial de que se um fato é elementar então não poderá haver nenhum outro fato que possa ser dele decomposto, ou ainda, não poderá ser resolvido em outro fato que lhe seja constituinte, caso contrário deixaria de ser elementar. A propriedade essencial de um fato aqui é sua simplicidade.

Uma carta endereçada a Frege parece demonstrar que a propriedade essencial do fato atômico é seu caráter de possibilidade, ou seja, como algo que pode ser o caso, mas isso não quer dizer que Wittgenstein teria deixado de reconhecer o caráter absolutamente elementar do fato atômico. De qualquer modo, a ambigüidade é alimentada por textos do próprio filósofo.

Com base nesta disputa hermenêutica Stenius (1964, p.31) buscou mostrar que a diferença entre *Sachverhalt* e *Tatsache* consiste em considerar o primeiro como um pensamento de algo existente ou de algo que é não-existente (possível) e, o segundo, como aquilo que existe. É como se disséssemos que *Sachverhalt* é uma instância de um estado de coisas possível e um *Tatsache* fosse um estado de coisas efetivo. A interpretação de Stenius parece encontrar ancoragem no parágrafo 2 do *Tractatus*, onde Wittgenstein procura explicar que o que é o caso (*Tatsache*) é a existência dos estados de coisas, o que dá margem a

considerar que um *Sachverhalt* pode tanto existir como não existir, na medida em que tem um caráter de possibilidade.

De qualquer modo, parece-me que a interpretação mais adequada em relação aos termos da disputa consiste em considerar o *Sachverhalt* como formado por objetos, entidades ou coisas, e que sua contingência, poder ou não poder existir, é derivada diretamente da mesma contingência que sofrem os objetos de combinarem-se entre si. Isso se torna bastante evidente quando analisamos o parágrafo 2.01 do *Tractatus*, onde Wittgenstein parece utilizar indiscriminadamente as palavras *Gegenständen*, *Sachen* e *Dingen* para se referir a objetos. Segundo a investigação de Merrill e J. Hintikka (1986, p. 44), existem duas acepções para o termo “coisa” em Wittgenstein: uma no *Tractatus* e outra em *Notes dictated to G.E. Moore in Norway*, nesta somente os particulares são denominados coisas.

Adotarei aqui a hipótese de se considerar *Sachverhalt* como possível e o *Tatsache* como existente sendo elementar ou complexo. Neste sentido, a simplicidade dos *Sachverhalt* e dos objetos que os compõem é um requisito fundamental para a determinação do sentido proposicional. Este parece ser um daqueles pontos que o próprio filósofo criticará em seus textos posteriores, pois é um elemento em certa medida *a priori*.

Mas qual é a natureza dos objetos aludidos no *Tractatus*? Do que podemos efetivamente falar? A dificuldade parece ser instaurada na medida em que Wittgenstein não oferece uma afirmação objetiva do que ele mesmo concebe como um objeto. Em primeiro lugar, Wittgenstein parece abordar a questão indiretamente, pois parece tentar discutir os requisitos formais da linguagem significativa e de todo o conhecimento possível em um plano não-empírico e ao mesmo tempo oferecer uma visão incompleta da constituição real da realidade. Segundo Maslow (1961, p. 7-8), ele não tenta oferecer uma informação específica sobre os fatos no mundo, mas deseja somente afirmar os aspectos universais de qualquer conhecimento possível do mundo, ou o que ele chama de gramática lógica ou sintaxe lógica.

Uma das raízes do problema parece residir já no parágrafo 1.1, onde o filósofo diz: “O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas”, pois aqui ele parece excluir as coisas físicas do mundo. Em defesa do ponto de vista wittgensteiniano, poder-se-ia pensar que uma vez que os fatos são representações de combinações de objetos em imediata ligação, os objetos não

são excluídos do mundo, em verdade a meu ver o mundo é inclusive expandido, pois além de contar com todos os objetos físicos que nele se encontram ainda conta com as possibilidades de combinações destes objetos. Agora poderíamos conceder a um adversário das idéias do *Tractatus* que este parágrafo, e o que lhe antecede, não poderiam ser considerados como uma definição estrita, mas sim persuasiva. Tratados isoladamente eles nada explicam a respeito de seu conteúdo, mas parecem mais com o anúncio de uma conclusão ou de um resultado esperado. Como entendê-los de outro modo? Eles parecem adiantar um desenvolvimento posterior da argumentação, pois até o presente momento nada sabemos a respeito da acepção que ele dá aos fatos, as coisas, ao mundo e a totalidade. Aforismos isolados como estes não nos dizem nada a respeito de seu conteúdo.

Para começar a entender o que Wittgenstein quer dizer a respeito do mundo em seus primeiros aforismos parece necessário entender sua concepção de linguagem. Não pretendo desenvolver neste momento os pormenores de sua filosofia da linguagem, pois dedicarei um capítulo especial para este assunto, contudo, a título de elucidação ou compreensão do ponto em questão, posso adiantar que segundo a concepção de linguagem do *Tractatus* somente podemos conceber as coisas que existem através da linguagem, na medida em que a linguagem oferece-nos modelos de realidade, ou ainda uma figuração daquilo que pode estar ocorrendo no mundo⁸.

2.2.1 Fatos e coisas

Até aqui falei sobre a representação enunciativa da realidade e como ela é concebida por Wittgenstein. Agora falarei em poucas linhas o que se entende por fatos e suas relações com as coisas (objetos). Os fatos, alheios a controvérsia interpretativa exposta na seção anterior, são os componentes do mundo. O mundo é resumido em fatos. Segundo Mounce (2001, p.33), dizer que o mundo é a totalidade das coisas físicas que nele se encontram seria

⁸ Alguns autores costumam chamar as proposições que falam sobre coisas existentes de “proposições ontológicas”, não me parece completamente correto, pois todas as proposições em alguma medida são ontológicas, poderia ser introduzida essa nomenclatura às proposições empíricas se se quisesse marcar a diferença destas para as proposições da lógica, ocorre que a lógica, em última análise, não possui proposições, a lógica possui pseudo-proposições, pois não são descrições genuínas, de modo que se faz desnecessária a meu ver a qualificação.

omitir que as coisas relacionam-se entre si, ou seja, que elas estão relacionadas umas com as outras. As coisas somente existem na exata medida em que estão relacionadas, e as coisas carregam consigo as possibilidades de combinações efetivas. Esta talvez seja a razão pela qual sejam os fatos e não as coisas que constituem a totalidade do mundo. Cabe notar que não são apenas os fatos, mas os fatos no espaço lógico que constituem o mundo. Tratarei mais adiante do espaço lógico em uma seção exclusiva.

Mais uma vez a ambigüidade na utilização dos conceitos no *Tractatus* dificulta a interpretação precisa dos mesmos. As coisas (objetos) podem ser consideradas ao menos em três sentidos: como entidades ontológicas (TLP 2.021), como coisas (TLP 2.02) ou como dados sensoriais (TLP 2.0131). Com efeito, no parágrafo 2.0131, Wittgenstein afirma que quanto às coisas não é necessário que elas possuam uma determinada cor, mas que alguma cor elas devem ter, do mesmo modo que um som deve ter uma altura e um objeto de tato uma dureza. Aqui o filósofo parece identificar um objeto com as sensações humanas dos objetos. Obviamente isto traz uma série de conseqüências e questões que dificultam ainda mais a interpretação. Note que, no parágrafo 2.014, Wittgenstein afirma que um objeto contém em sua natureza todas as possibilidades de combinação com outros objetos, desse modo, como poderíamos pensar em um dado sensorial contendo inúmeras possibilidades combinatórias? O objeto que possui em si todas as possibilidades de combinação possui assim todos os possíveis estados de coisas futuros.

No parágrafo 2.02, aparece de novo um daqueles elementos que contribuem para a controvérsia apresentada anteriormente, pois aquela característica essencial de um fato, a saber, sua simplicidade, parece inconsistente com uma característica essencial das coisas: sua complexidade. Pois, todas as coisas existentes no planeta são em algum sentido complexas, uma vez que só existem em relação com outras coisas. MASLOW parece concordar que as coisas das quais Wittgenstein fala aqui seriam tomadas como uma espécie de construção lógica, onde elas expressariam as relações entre os elementos de nossa experiência e assumiriam sempre em nossa linguagem o papel de substantivos.

Por fim, em 2.021, os objetos parecem ser considerados como entidades ontológicas. Efetivamente, Wittgenstein afirma: “Os objetos constituem a substância do mundo”. Aqui o elemento metafísico aparece de modo bastante claro. Não é minha intenção explorar em

demasiado as ambigüidades do texto, mas apenas com isso mostrar a dificuldade inerente a alguns conceitos importantes neste contexto.

Contudo, não parece existir nenhuma entidade real que seja suficientemente capaz de corresponder ao termo “objeto” utilizado pelo filósofo. Uma maneira de entender este ponto seria considerar que Wittgenstein estaria interessado realmente em mostrar que tais coisas não aparecem numa linguagem perfeita, ou seja, que ele utiliza o termo “objeto” como um recurso lingüístico para se referir às várias classes de entes (das coisas, dos dados sensoriais e das substâncias ontológicas).

Podemos pensar que os objetos constituam a substância do mundo, como quer Wittgenstein, e, como tal, considerarmos tais objetos como eternos, mas se assim procedermos seria bastante natural considerá-los mais como universais do que como particulares. Black (1971), por sua vez, considera que estes termos tradicionais não podem ser corretamente aplicados ao caso de Wittgenstein, pois tanto a existência quanto a simplicidade dos objetos estão diretamente relacionados a possibilidade da análise, ou seja, se não houvessem nomes diretamente conectados com os objetos do mundo, então tampouco existiria uma conexão indireta. Ou ainda, se não houvesse um elo semântico básico diretamente ligado a um objeto básico, nenhuma proposição teria um sentido definido, nem sequer um significado em absoluto. A consequência disto é que se assim fosse, a verdade de uma proposição dependeria da verdade de outras proposições e assim *ad infinitum*. A dependência dos objetos em relação à sintaxe lógica é algo que eu tratarei quando eu falar da relação projetiva, ou denotação. De um modo bastante peculiar, os objetos do *Tractatus* parecem ser alcançados a partir de uma análise lógica das proposições complexas:

(...) parece certo que nós não podemos inferir a existência de objetos simples da existência de objetos simples particulares, mas antes os conhecemos – como se fosse por descrição – como o produto final da análise, através de um processo que leva até eles (...).⁹

⁹ WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*. Blackwell: Oxford, 1961. 23/5/15.

Podemos inferir daí que é através da lógica da linguagem que este processo torna-se possível, e ela encontra seu fundamento naquilo que é conhecido como a “bipolaridade” essencial da proposição. Esta bipolaridade é o que garante o sentido de uma proposição, ou seja, o sentido de uma proposição é a mera possibilidade de ela ser verdadeira ou falsa. A condição de sentido de uma proposição é que ela possa descrever verdadeira ou falsamente uma situação possível no mundo. A verdade ou falsidade será aferida apenas com seu contraste entre aquilo que a proposição diz ser o caso e aquilo que de fato ocorre no mundo.

Esta exigência do critério de sentido é que parece reclamar a existência de componentes últimos, ou primários, que sejam absolutamente elementares (simples) na linguagem. Em parte, esta dificuldade em se falar da natureza dos objetos encontra respaldo em algo bastante peculiar: Wittgenstein parece ter iniciado sua investigação nos fundamentos da lógica para uma posterior caracterização dos objetos, isto quer significar que é através do exame da lógica que ele concebe seus objetos simples. Ao passarmos do exame da natureza da lógica da linguagem para a natureza do mundo, aparece então, pela impossibilidade de uma metalinguagem, a consistência extralingüística dos objetos. E isso apenas põe em evidência uma limitação de nossa parte: nossa incapacidade de dizer o que é um objeto.

Os objetos do mundo são representáveis na linguagem na exata medida em que as possibilidades lógicas de combinação são mostradas. Aparentemente, tudo o que ele diz acerca deles aparece de modo oblíquo, como se a natureza mesma dos objetos não pudesse ser definida.

Para Wittgenstein, objetos estão no domínio do que é dado (...), então possivelmente eles podem somente ser nomeados, mas não descritos ou definidos (...). Nós podemos dizer como os objetos estão combinados entre si para formar o mundo, porque todas as formas lógicas possíveis que determinam como os objetos estão combinados entre si para formar o mundo são também dadas com os objetos.¹⁰

É certo, no entanto, que os objetos simples nomeados nas proposições elementares são os responsáveis pela conexão entre a linguagem e a realidade e, assim, determinam

¹⁰ PARK, Byong-Chul. *Phenomenological Aspects of Wittgenstein's Philosophy*. Kluwer Academic Publishers: Netherlands, 1998. Tradução minha.

proposições com sentidos específicos. Sem estes objetos simples não existiria a relação entre o nomeado e o nome (nome-objeto) e ficaríamos sem o critério de verificação de proposições sobre o mundo, já que essa relação é que oferece tal critério. Sem este critério as descrições não poderiam funcionar como uma *figuração* da realidade. É a correspondência de uma proposição com a realidade que determina sua verdade, e é a falta de correspondência o que determina sua falsidade. O sentido de uma figuração proposicional é a possibilidade de que as coisas na realidade estejam dispostas da mesma maneira como estão representadas na proposição, e os limites de sentido na linguagem são os limites das disposições possíveis das coisas. Então, aquilo que uma proposição representa é somente seu acordo ou desacordo com as possibilidades de existência ou de não-existência de estados de coisas. Pois, como Wittgenstein argumenta: “Se o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição”¹¹, e, em seguida diz: “Seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa)”¹².

2.2.1.1 Estados de coisas possíveis

Até agora procurei deixar claro que objetos simples (substâncias) e sentido estão entrelaçados como elos de uma corrente. Pois, sem a substância não existiriam objetos; sem objetos não existiriam estados de coisas; sem estados de coisas uma proposição poderia não ter sentido, ou seja, poderia não apresentar como as coisas estão na realidade caso fosse verdadeira. Sem proposições com sentido a linguagem seria totalmente desprovida de sentido. Se a essência da linguagem é figurar o modo de como as coisas estão organizadas na realidade, então para que as proposições tenham sentido é necessário que tais figurações representem uma determinada estrutura. Passarei agora a expor brevemente alguns aspectos importantes dos estados de coisas possíveis.

Segundo Glock (1997, p. 26), a forma lógica de um objeto simples consiste em suas possibilidades combinatórias com outros objetos. Uma combinação possível de objetos é um estado de coisas, a existência de uma tal combinação é um fato.

¹¹ TLP §2.0211.

¹² TLP §2.0212.

O célebre início do *Tractatus* constitui o clímax de uma tradição realista, que atribuía importância aos fatos como constituintes do mundo que independem das mentes que o percebem. Frege, Moore, Russell e Wittgenstein, em 1911, acrescentaram a esse mote uma idiosincrasia (parcialmente terminológica): identificaram fatos com “proposições asseridas” ou “verdadeiras”, Russell e Wittgenstein, entretanto, logo passaram a compreender os fatos como aquilo que torna verdadeiras as proposições (quando são verdadeiras). (GLOCK, 1997, p. 158).

Poderíamos pensar que uma proposição p tem seu significado no fato que corresponde a ela na realidade: o fato de que p , se ela é verdadeira, e o fato de que $\sim p$ se é falsa. Esta idéia foi inicialmente defendida por Wittgenstein, mas logo em seguida ele a abandona e passa a defender que somente os nomes possuem uma significação, ou seja, somente nomes possuem como significado os objetos simples dos quais são sucedâneos. Diferentemente dos objetos, os fatos não podem ser identificados pela mera listagem de seus elementos constituintes, mas somente pela especificação do modo como esses componentes se conectam, pela especificação de sua estrutura. Segundo Glock (1997, p.159), enquanto um complexo (aRb) equivale ao complexo (bRa), o fato de que aRb é diferente do fato de que bRa . Fatos, portanto, possuem uma natureza distinta dos objetos, embora sejam representações efetivas de suas combinações reais.

Um estado de coisas possível representa uma situação, um modelo de realidade, uma possibilidade de um fato no mundo. A noção de estado de coisas possível está profundamente ligada à teoria da figuração, pois um estado de coisas possível é uma figuração de um modelo de realidade. O fato de que uma proposição represente um estado de coisas possível já mostra que a noção de estado de coisas possível também está de alguma forma ligada à teoria do sentido que Wittgenstein defende: dizer que uma proposição tem sentido é equivalente a dizer que a proposição possui uma bipolaridade essencial (dois pólos: V e F), e dizer que a proposição é bipolar significa dizer que o que ela diz é contingente, sendo contingente o que ela apresenta significativamente não pode ser mais do que uma possibilidade, uma situação possível no mundo.

2.2.1.2 Estados de coisas efetivos

A diferença fundamental entre um fato e um estado de coisas possível é simplesmente esta: um fato é um estado de coisas *efetivo*, é o que acontece, é a verdade da proposição: “as coisas estão assim”, enquanto que no segundo caso não tenho mais do que uma possibilidade. A noção de “fato” implica necessariamente a verdade ou a falsidade da proposição, é uma instância posterior ao estado de coisas possível. Antes de a proposição ser verificada tudo o que tenho é um estado de coisas possível, a mera possibilidade de um fato, somente após conferir sua verdade é que tenho um fato.

Existe um elemento importante que talvez lance luz sobre a noção de estados de coisas efetivos. Suponha que a seguinte proposição *aRb* (o livro está sobre a mesa) é verdadeira. Desse modo, deve haver algo no mundo, um conjunto de fatos articulados, que corresponda a proposição; mas neste caso ela mesma é um conjunto de fatos, uma ordenação de signos físicos. Segundo Mounce (2001, p. 42), devemos ter em mente, no entanto, que o conjunto de fatos que constitui a proposição não nomeia o conjunto de fatos que a faz verdadeira. Sendo assim, seria justo pensar que *aRb* teria o mesmo significado mesmo que não existisse no mundo o conjunto de fatos que a verifica, ou seja, mesmo que fosse falsa. Em seus *Notebooks*, Wittgenstein afirma o seguinte:

Em *aRb* não é o complexo o que simboliza, mas o fato de que o símbolo *a* está em uma certa relação com o símbolo *b*. assim, os fatos são simbolizados por fatos ou, mais precisamente, que uma certa coisa seja o caso no símbolo diz que uma certa coisa é o caso no mundo.¹³

Mounce interpreta esta passagem afirmando que Wittgenstein quer dizer muito mais com esta expressão do que simplesmente afirmar que a proposição *aRb* não é um nome complexo, mas, antes, o filósofo quer nos persuadir de que se *aRb* não é um nome complexo, então seu significado não pode residir em algo que lhe corresponda, seja o conjunto de fatos que o faz verdadeiro, seja uma outra entidade intermediária entre ela e os fatos. Dito de outro modo, se *aRb* é verdadeira, então eu tenho simplesmente dois conjuntos de fatos, por um lado aquele que constitui a proposição, uma ordenação dos signos físicos, e, por outro lado, aquilo que verifica a proposição. De modo que o significante na proposição não é um terceiro

¹³ WITTGENSTEIN, L. *Notebooks*. Blackwell: Oxford, 1961. p. 105.

elemento, mas tão simplesmente uma ordenação física particular dos signos “*a*” e “*b*”. Concluí-se daí que os signos assim ordenados são uma representação do mundo.

Este ponto não parece gerar alguma dificuldade interpretativa, porém, alguém poderia questionar acerca da diferença que há entre uma simulação de uma realidade e uma proposição acerca de algo no mundo. Vejo perfeitamente que em uma maquete, de uma obra acabada ou mesmo de uma futura construção, eu encontro vários elementos que me possibilitam compará-la com uma construção real no mundo, entre elas a semelhança física, as proporções, as cores, o material, etc. Desde este ponto de vista, torna-se fácil perceber que uma maquete representa, ou melhor, figura, uma realidade possível no mundo. Mas podemos dizer o mesmo das marcas físicas que compõem uma proposição? Segundo o que tenho mostrado até aqui parece evidente que não podemos. Certamente não podemos comparar uma palavra (enquanto um conjunto de sinais) com o seu correlato real na espera de identificar, apenas com a palavra, o objeto por ela designado. Não sei o que a palavra “livro” quer dizer simplesmente olhando para a palavra (enquanto signo).

A conclusão mais trivial neste caso consiste em reconhecer que uma proposição não é exatamente a mesma coisa que uma maquete ou uma pintura, mas, não há como não perceber que ambas possuem elementos básicos importantes: as duas representam, cada uma a seu modo, um estado de coisas possível. A proposição por estar de algum modo relacionada com o mundo, a maquete por manter certas semelhanças físicas ou objetivas com a realidade representada.

Ocorre, no entanto, que no parágrafo 2.151, Wittgenstein afirma que a forma figurativa é a possibilidade de que as coisas estejam relacionadas umas com as outras do mesmo modo que os elementos da figura. Este parágrafo parece sugerir que existe uma relação especial entre uma proposição e um possível estado de coisas. Esta relação especial se deve ao fato de que Wittgenstein acreditava que se um objeto pode ocorrer em um estado de coisas é porque a possibilidade deste estado deve estar inscrita no próprio objeto. Dizer isso significa dizer que os objetos possuem uma forma lógica e que todos os estados de coisas possíveis encontram-se no espaço lógico de combinações destes objetos. Uma marca verdadeira no espaço lógico significa a negação de todas as demais ocorrências possíveis, significa, portanto, que tenho um estado de coisas efetivo.

2.3 Objetos e nomes

Até aqui mostrei algumas idéias centrais do *Tractatus*. Agora tratarei de apresentar uma análise sistemática do próprio texto. Mostrarei mais adiante que dois dos pontos mais importantes do *Tractatus* consiste nas idéias de que as constantes lógicas não representam e a de que a lógica pertence ao domínio do que é mostrado e não do que é dito. Vamos perceber agora que Wittgenstein argumenta em favor destas idéias a partir de múltiplas direções.

Para aqueles que alguma vez já manusearam o *Tractatus* é fácil perceber que o livro está organizado de acordo com um sistema de números decimais bastante preciso. Ou seja, a proposição 1.1 é um comentário da proposição 1; a proposição 1.11 é um comentário da proposição 1.1; e assim sucessivamente. Veja-se o caso dos seguintes parágrafos:

O mundo é tudo o que é o caso.¹⁴

O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.¹⁵

O mundo é determinado pelos fatos, e por serem *todos* os fatos.¹⁶

Pois a totalidade dos fatos determina tudo o que é o caso e também tudo que não é o caso.¹⁷

Os fatos no espaço lógico são o mundo.¹⁸

O mundo resolve-se em fatos.¹⁹

Algo pode ser o caso ou não ser o caso e tudo mais permanecer na mesma.²⁰

O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.²¹

A estrutura do *Tractatus* foi desenhada de modo a permitir que o primeiro parágrafo seja elucidado pelo segundo, o segundo pelo terceiro e assim sucessivamente. Porém, para entender o segundo parágrafo, neste caso, parece se fazer necessário também entender o motivo pelo qual Wittgenstein requer uma distinção entre *fatos* e *coisas*. Em que consiste exatamente esta distinção? A solução para esta questão pode ser encontrada a partir da análise dos parágrafos 1.21 e 1.13. Com efeito, em 1.21 encontramos que alguma coisa pode ser o caso ou não ser o caso e ainda assim tudo o mais no mundo permanece na mesma. A primeira

¹⁴ TLP §1.

¹⁵ TLP § 1.1.

¹⁶ TLP § 1.11.

¹⁷ TLP § 1.12.

¹⁸ TLP § 1.13.

¹⁹ TLP § 1.2.

²⁰ TLP § 1.21.

²¹ TLP § 2.

coisa que se poderia pensar aqui é que Wittgenstein estaria oferecendo uma resposta negativa ao problema do determinismo, a saber: que o que é o caso estaria absolutamente indeterminado por ser o caso de uma outra coisa. Porém, não é o que ele parece querer fazer aqui. Sua argumentação leva-nos a pensar que ser o caso de algo não está absolutamente determinado por ser o caso de alguma outra coisa no que concerne à lógica. O sentido de que as coisas ocorram necessariamente não parece ter o mesmo sentido da necessidade lógica. Na verdade, isto é somente outra maneira de dizer que a lógica não determina o que é o caso.

Os objetos possuem uma caracterização especial para o autor do *Tractatus*. Quando analisamos uma proposição como, por exemplo, “Sócrates é mortal”, o que em geral fazemos é tratar Sócrates como se fosse um nome para um objeto. No entanto, nem pessoas nem mesmo os objetos físicos em geral são chamados de ‘objetos’ no sentido que Wittgenstein requer. Em 2.02 ele afirma: “Os objetos são simples”, no sentido de que eles não possuem relação com nenhum outro objeto. Isso quer significar que todos os objetos da experiência imediata são complexos, por uma razão mais do que evidente: uma cadeira não poderia existir isoladamente, ela existe por estar relacionada com outros objetos. A teia de nomes constituintes de um nome complexo é que garante o sentido da expressão aparentemente singular: “cadeira”.

Quando Wittgenstein fala de “nomes simples” ele quer falar de algo absolutamente simples, ou ainda, algo que não pode ser analisado ulteriormente. Os nomes para os objetos absolutamente simples são captados imediatamente, pois não dependem da apreensão de nomes mais simples que eles – não há nomes mais simples, se houvesse eles não seriam simples. Muito embora tais objetos pertençam a uma classe especial e não parecem oferecer nenhuma dificuldade quanto à sua apreensão, Wittgenstein não ofereceu nenhum exemplo.

A estrutura é refletida na forma lógica da proposição e a “demanda” por coisas simples é a demanda pela definição do sentido. O ponto de vista da linguagem como essencialmente ligada a funções de verdade de proposições elementares habilita Wittgenstein a dizer que se existe um sentido final e se uma proposição o expressa completamente, então existem também nomes para objetos simples. O valor de verdade de uma proposição é determinado pela relação entre seus nomes simples combinados, ou ainda, pela correspondente relação entre objetos em um estado de coisas descrito pela proposição. A relação nome-objeto é que garante

o sentido da linguagem, pois as sentenças somente possuem sentido na medida em que nomes referem ou denotam objetos²².

Num primeiro momento a idéia dos objetos simples é um requisito básico para a definição do sentido das proposições e não alguma coisa meramente emprestada da física. De fato, Wittgenstein não sentia a necessidade de encontrar alguma coisa no mundo que representasse um objeto simples. A relação nome-objeto é a matéria-prima elementar da conexão entre linguagem e realidade, é o ponto no qual a linguagem toca o mundo. No ponto de vista do *Tractatus*, efetivamente, não se atribui aos objetos quaisquer propriedades além das que decorrem do sistema de combinações que mantêm entre si²³.

Devemos agora voltar a um tema importante na interpretação do texto de Wittgenstein acerca qual existem muitas controvérsias. O *Tractatus* continua a apresentar objetos como coisas ou objetos do mundo? Esta parece ser a mais natural interpretação do papel dos objetos no esquema de Wittgenstein e este ponto parece ser reforçado pela explícita rejeição da idéia dos objetos lógicos de Frege. O fato de que alguns elementos são interpretados no *Tractatus* como não-ontológicos [tais como as constantes lógicas, os valores de verdade e os números] poderia gerar dificuldades na interpretação do *Tractatus*, mas Wittgenstein não os considera objetos porque ele não considerava que tais coisas deveriam ser incluídas entre os elementos do mundo. Eles “não são itens da mobília do céu ou da terra, mas, são meramente partes de sua decoração”.

²² Esta noção de sentido através da referência é um dos pontos que ligam a resposta de Wittgenstein à discussão de Frege a respeito da distinção entre sentido e referência. A distinção entre sentido e referência, introduzida pela primeira vez em *Função e Conceito* (1891), foi desenvolvida por Frege em um outro ensaio escrito paralelamente ao primeiro, ainda que tenha sido publicado em 1892, trata-se de *Sentido e Referência*. Neste artigo Frege apresenta argumentos e responde a objeções referentes ao primeiro ensaio. Uma das questões mais importantes que são submetidas à análise de Frege é a questão da identidade. Com efeito, ele começa o ensaio questionando: a identidade é uma espécie de relação? Em caso afirmativo, ela é uma relação entre objetos ou uma relação entre signos de objetos? Não é minha intenção desenvolver aqui os argumentos de Frege a respeito da relação de identidade, mas apenas assinalar a raiz de seu problema naquela obra. Cabe notar, no entanto, que as conclusões de Frege em *Sentido e Referência* foram de certo modo determinantes para uma série de avanços na investigação a respeito da dicotomia significado-significante. Um exemplo oferecido por Frege deixa bastante claro o que ele entende por sentido e o que ele entende por referência: “Alguém observa a lua através de um telescópio. Comparo a lua com a referência; é o objeto de observação, que é proporcionado pela imagem real que fica desenhada sobre o cristal do objetivo do interior do telescópio, e pela imagem na retina do observador. A primeira imagem a comparo com o sentido; a segunda com a representação ou intuição. A imagem formada dentro do telescópio é, em verdade, apenas parcial; depende do lugar de observação; porém, é objetiva na medida em que pode servir a vários observadores. Poderia inclusive ser disposta de modo que pudessem utilizá-la vários simultaneamente. Porém, das imagens retinianas, cada um teria sua própria.” FREGE, G. *Sentido e Referência*, p. 30.

²³ GODDARD, L. and JUDGE, B. *The Metaphysics of Wittgenstein's Tractatus*. 1982, p. 8-10.

No corolário da rígida distinção entre conceito e objeto de Frege, a palavra-conceito jamais poderia ser o sujeito de uma expressão significativa, ela poderia ser somente seu predicado. Quando se tenta predicar alguma a respeito de um conceito, como por exemplo, “o conceito cavalo”, que é algo facilmente compreendido, encontramos dificuldades em entender o porquê de “cavalo” não denotar um objeto, mas sim um conceito. Na visão de Frege ‘o conceito “cavalo”’ sim denota um objeto. Isso se deve ao fato de que a referência de um predicado gramatical (isto é, de um conceito) nunca deveria ser tomada como a referência de um sujeito gramatical (isto é, de um objeto), embora uma expressão-predicado deveria ser incorporada dentro de uma expressão-sujeito e vice-versa. Se alguma coisa é um conceito, então nós somente podemos predicar significativamente alguma coisa dele por um curioso e artificial tipo de circunlocução. Presumivelmente isto significaria dizer que um conceito possui instâncias. Wittgenstein parece ter sua própria versão desta doutrina. Para ele, se alguma coisa falha dentro de um conceito formal é a própria natureza do signo proposicional que apresenta isto:

Assim, o nome variável “x” é o sinal propriamente dito do pseudoconceito objeto. Onde quer que a palavra “objeto” (“coisa”, etc.) seja usada corretamente será expressa na ideografia pelo nome variável (...). Onde quer que ela seja usada de outra maneira, como um termo conceitual propriamente dito, portanto, surgem pseudoproposições, contra-sensos.²⁴

A diferença entre conceitos próprios e conceitos formais é ilustrada pela diferença entre funções e nome variável, e isso é exibido na natureza própria dos signos empregados.

Ao que tudo indica esta doutrina encontra-se associada com a distinção entre dizer e mostrar, onde se afirma que aquilo que os signos *mostram* não pode ser *dito*. Como conseqüência, aquilo que o *Tractatus* tenta dizer sobre os objetos, estritamente falando, não poderia ser dito. O fato de que os objetos sejam meros conceitos formais não subtrai seu status ontológico e significa somente que eles não podem ser representados pelas funções, mas, somente pelos nomes. A forma representacional da variável nome-signo não pode ser expressa nas proposições genuínas, elas simplesmente mostram. Isso não significa que os objetos da realidade não existam, mas que a asserção de que existem é supérflua e imprópria (de acordo com a teoria dos signos proposicionais desenvolvida no *Tractatus*).

²⁴ TLP 4.1272.

A compulsão para afirmar “existem n-coisas” surge da existência de n-nomes próprios com diferentes referências. Desse modo, não é da evidência empírica, nem mesmo de nossa familiaridade com exemplos, ou mesmo de qualquer outra consideração empírica que surge essa necessidade de falar de objetos. A necessidade de falar de objetos surge da própria estrutura lógica das proposições.

Este ponto será retomado por Wittgenstein em *Philosophical Investigations*, onde ele questiona: o que há com o fato de os nomes designarem propriamente o simples?²⁵ Sua resposta ali nos remete ao *Teeteto* de Platão, onde este afirma que os elementos primitivos, dos quais todas as coisas são compostas, não podem ser explicados, pois “o que é em si e por si pode ser apenas designado por nomes”. Decorre daí a impossibilidade de se falar explicativamente a respeito de qualquer elemento primitivo, uma vez que nada mais existe que a mera denominação. Resta ao elemento primitivo nada mais que um nome. “Estes elementos primitivos eram os ‘*individuals*’ de Russell e os meus ‘objetos’ (*Tractatus Logico-Philosophicus*)”²⁶.

Uma coisa é ao menos decisiva aqui: o *simples* no *Tractatus* quer dizer *não-composto*, ou seja, onde não há mais a possibilidade de outra parte constituinte possa ser deduzida dele. É por isso que tratar os objetos do *Tractatus* como alguma coisa menos que a inalterável forma ou substância do mundo é não entender a relação entre linguagem e realidade segundo a qual Wittgenstein concebeu.

Apesar da aproximação entre os objetos do *Tractatus* e os *individuals* de Russell, existem diferenças importantes entre eles que convém manter sempre em mente. Os *individuals* são dados sensíveis conhecíveis por nós pela *acquaintance*, ou seja, experimentalmente por meio de uma familiaridade, enquanto que os objetos do *Tractatus* não são sensoriais, embora pertençam de algum modo à realidade e subsistem nela independentemente de nossa experiência. Tais objetos somente são conhecidos como referentes dos nomes, ou seja, logicamente. Linguagem e realidade, portanto, estão enlaçadas

²⁵ PI § 43.

²⁶ PI § 46.

pela correspondência entre objetos e nomes e pela estrutura lógica que é compartilhada por ambas.

Na proposição, o pensamento pode ser expresso de modo que os objetos do pensamento correspondam elementos do sinal proposicional.²⁷

Chamo esses elementos de “sinais simples”; a proposição de “completamente analisada”.²⁸

Os sinais simples empregados na proposição chamam-se nomes.²⁹

O nome significa o objeto. O objeto é seu significado (“A” é o mesmo sinal que “A”).³⁰

À configuração dos sinais simples no sinal proposicional corresponde a configuração dos objetos na situação.³¹

O nome substitui, na proposição, o objeto.³²

Os objetos, só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar *sobre* eles, não posso *enunciá-los*. Uma proposição só pode dizer *como* uma coisa é, não *o que* ela é.³³

Uma configuração de objetos apresenta um estado de coisas que corresponde a um certo arranjo de nomes na proposição verdadeira representando o estado de coisas efetivo. As proposições elementares consistem na concatenação de nomes em imediata combinação³⁴.

Quando escreveu o *Tractatus* ele acreditava que tais objetos possuem uma existência evidente, mesmo que não se possa dizer quais são exatamente estes objetos. O fato de que ele não ofereceu nenhum exemplo de objetos simples pode dar margem à suspeitas quanto a existência de tais objetos. No entanto, Wittgenstein acreditava que eles eram um requisito básico para a linguagem significativa. Eu disse anteriormente que para captar o nome “cadeira” teríamos que captar seus nomes constituintes (assento, encosto, pernas, etc.), mas esse processo não pode continuar infinitamente. Se não existem nomes que estejam diretamente por objetos, então nunca poderíamos captar um nome em absoluto. Em algum

²⁷ TLP 3.2.

²⁸ TLP 3.201.

²⁹ TLP 3.202.

³⁰ TLP 3.203.

³¹ TLP 3.21.

³² TLP 3.22.

³³ TLP 3.221.

³⁴ Ver 4.22 e 4.221

momento devemos encontrar objetos e, portanto, nomes que são absolutamente simples. Do contrário não haveria um contato entre a linguagem e o mundo e assim nada poderia ser dito significativamente. Este ponto parece ser tratado em 2.0211, onde ele diz que se não existissem objetos simples então para que uma proposição tivesse sentido ele dependeria da verdade de uma outra proposição.

Em última análise, o que Wittgenstein quer dizer é que se não tivéssemos certeza de que os nomes estão por objetos, então nunca poderíamos entender uma dada proposição a menos que uma segunda proposição assegurasse a correspondência dos nomes da primeira proposição com os objetos que esta enuncia. No entanto, este é um estado de coisas impossível, já que o sentido de uma proposição não pode ser algo contingente. O que pode ser contingente é que seja verdadeira ou falsa. Mas, para poder ser verdadeira ou falsa ela tem que ter já um sentido. Em suma, o sentido de uma proposição tem que ser independente de sua verdade ou falsidade. Conseqüentemente, tem que haver um contato entre a linguagem e o mundo que seja anterior a verdade ou falsidade do que dissemos. Um contato semelhante deve haver entre nomes absolutamente simples e objetos atômicos, e essa relação é tal que o nome está exatamente por um objeto e é completamente independente de toda descrição.

O que Wittgenstein está sugerindo é que só podemos entender a natureza da linguagem se entendemos que o mundo não é meramente uma coleção de coisas, mas, antes, é uma totalidade de estados de coisas que se compõem de objetos que se encaixam entre si de um determinado modo. Porém, como a linguagem se relaciona com o mundo? Wittgenstein sugere que as proposições da linguagem figuram ou representam o mundo; e é esta famosa comparação entre proposição e figura.

2.3.1 Do alcance representativo da linguagem

Uma das idéias fundamentais de Wittgenstein no *Tractatus* é a de que a estrutura do mundo é espelhada na estrutura lógica da linguagem. O mundo e a linguagem possuem uma forma lógica comum, de tal modo que uma investigação acerca da estrutura das proposições na linguagem permitiria “ver” como as coisas (objetos) devem estar organizadas

(estruturadas) na realidade. Este é o conteúdo ontológico da teoria da linguagem desenvolvida no *Tractatus*, onde Wittgenstein busca exhibir a estrutura das proposições como “andaimes lógicos” (*logical scaffolding*) do mundo.

A hipótese de que a linguagem e o mundo possuem uma forma lógica comum exige que a substância do mundo seja formada por objetos que possam ser combinados em um número infinito de possibilidades, e que estes objetos em combinação formem estados de coisas que sejam logicamente simples (que não possam ser objeto de uma análise posterior). Desse modo, os estados de coisas complexos constituem fatos que, por serem complexos, devem poder ser resolvidos através de uma análise lógica de seus estados de coisas mais simples (seus estados de coisas constituintes). Semelhantemente aos átomos da química, os átomos da linguagem são nomes que estão por objetos, ou, em outras palavras, os nomes simples substituem objetos simples. Desse modo, proposições elementares ou, nesse caso, proposições atômicas, são constituídas de combinações imediatas de nomes absolutamente simples que representam estados de coisas. Tais proposições são associadas em proposições complexas através de conectivos ou constantes lógicas. As constantes lógicas, como eu já disse antes, não representam ou afiguram nenhum objeto no mundo, mas apenas funcionam como operadores lógicos no cálculo proposicional. Dadas as teses até aqui mencionadas, não seria absurdo supor que toda a linguagem significativa possa ser analisável em termos de proposições elementares vinculadas por constantes lógicas.

A ontologia do *Tractatus* não é resultado de uma investigação empírica ou de algum tipo de exame experimental do que é dado na realidade. Questões preliminares a respeito do que venha a ser a realidade são dissolvidas por Wittgenstein como ilegítimas, por que a linguagem utilizada para formular tais questões não leva em consideração o isomorfismo lógico entre linguagem e mundo. Não somente são questões desnecessárias como também são questões impossíveis de serem enunciadas com sentido.

A proposição pode representar toda a realidade, mas não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica. Para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo.³⁵

³⁵ TLP §4.12.

A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem, esta não pode representar. O que *se* exprime na linguagem, *nós* não podemos exprimir por meio dela. A proposição mostra a forma lógica da realidade. Ela a exhibe.³⁶

Como conseqüência deste modo de pensamento, não poderá existir linguagem ou meta-linguagem capaz de descrever a forma lógica da realidade, e isto por uma razão importante: a essência da descrição é que a representação seja por figuração e o que a figura representa não pode ser o sujeito de outras representações. Isto não nega, no entanto, a possibilidade de que diferentes figuras exibam diferentes perspectivas de um mesmo estado de coisas, mas a relação entre a figura e o estado de coisa não é figurável. Aparentemente isto oferece duas conseqüências: a primeira é que quando a filosofia descreve a relação entre a linguagem e o mundo ela erra efetivamente por não respeitar os fundamentos lógicos envolvidos nesta relação. A filosofia não deve, e não pode efetivamente, dizer algo a respeito da relação entre linguagem e mundo.

O segundo ponto é que se a linguagem está enraizada de algum modo na realidade, sem a presença de elementos intermediários entre as duas esferas, então a forma lógica das proposições mostra alguma coisa a respeito do mundo *a priori*³⁷. Sendo assim, segue-se que a forma da realidade não é uma construção derivada da experiência (*a posteriori*), mas, sim, da lógica.

A experiência de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo está assim e assim, mas a de que algo é: mas isso não é experiência. A lógica é anterior a toda experiência – de que algo é assim. Ela é anterior ao como, não é anterior ao quê.³⁸

A experiência de que algo é, a qual é pressuposta pela lógica, não é um dado sensível (da experiência) nem uma construção lógica de tais experiências. A lógica é anterior aos

³⁶ TLP §4.121.

³⁷ “Há, pois, relação estreita entre as duas tarefas principais que Wittgenstein se propôs no *Tractatus*, a investigação dos fundamentos da lógica, e a fixação do limite da linguagem, que é o propósito enfatizado em seu Prefácio ao *Tractatus*. A relação está em que a lógica abrange tudo que pode ser dito antecipadamente à experiência, tudo o que é *a priori*. A experiência só nos pode proporcionar um mundo de fatos, mas esse mundo flutua no espaço das possibilidades – que é dado *a priori*”. PEARS, David. *As Idéias de Wittgenstein*. CULTRIX: São Paulo, 1971. Pág. 86.

³⁸ TLP §5.552.

estados de coisas efetivos do mundo, que são absolutamente contingentes, mas não é anterior ao fato de que o mundo *é*, o que é absolutamente necessário.

As proposições elementares nos apresentam alguma coisa a respeito da estrutura do mundo, mas isso independentemente da experiência e da aplicação da lógica. Claramente a ontologia do *Tractatus* não está sustentada pelos pilares da investigação tradicional em filosofia, ela exige uma teoria da estrutura lógica das proposições. É pensar o papel da filosofia como uma crítica da linguagem estando no mundo sem ser uma ciência natural.

As afirmações iniciais do *Tractatus* já denunciam uma caracterização do mundo como não interpretável a partir de teses epistemológicas. A preocupação do filósofo é com o que o mundo *é*, e não como ele é conhecido. Desse modo, parece fazer sentido agora o fato de que as coisas não determinam o que é o caso, pois coisas ou objetos são comuns para todos os mundos possíveis. A totalidade das coisas que são comuns a todos os mundos possíveis não pode ela mesma determinar como as coisas estão na realidade. O mundo real é composto de objetos em configurações que determinam as propriedades materiais do mundo, ou seja, o que é o caso, enquanto a totalidade das coisas constitui a substância do mundo e pode somente determinar uma forma e não alguma propriedade material. É a geração de propriedades materiais por configurações de objetos que constituem os fatos e é a totalidade dos fatos que determinam o que é o caso e também tudo o que não é o caso.

O ponto crucial aqui é, portanto, que a determinação do mundo pela totalidade dos fatos é independente de nosso conhecimento dele. Wittgenstein está preocupado em mostrar a estrutura do mundo e não a estrutura de nosso conhecimento. É o mundo em si mesmo, não nosso conhecimento dele, que *se resolve em fatos*. Para Wittgenstein, fatos não são itens em estoque no conhecimento humano. A teoria da linguagem de Wittgenstein é uma teoria de proposições e não uma teoria de nomes e, embora nomes sejam os átomos lógicos das proposições elementares, sua identificação epistemológica é uma matéria que não interessa para ele. Desde que proposições figurem fatos, segue-se que o mundo e a linguagem possuem uma estrutura paralela, ou seja, uma forma lógica comum.

Sabe-se que a epistemologia possui um papel secundário ou pelo menos reduzido no *Tractatus*, o que foi uma grande novidade em relação aos demais sistemas filosóficos

apresentados até então³⁹. Enquanto os demais filósofos preocupavam-se com o nosso modo de conhecimento da realidade e tratavam a questão do significado lingüístico como essencialmente ligado à verdade das proposições, Wittgenstein deslocou o eixo da investigação filosófica ao reduzir drasticamente o papel da verdade como determinante do sentido das expressões. Aquilo que parecia ser uma condição de verdade das proposições é, para o autor do *Tractatus*, uma condição de sentido.

A guinada lingüística inaugurada por Wittgenstein marca a recusa do empirismo tradicional e indica o caráter desnecessário das questões epistemológicas para a filosofia. Contrariando a tradição, Wittgenstein considerou essas questões como enredamentos psicológicos irrelevantes, salientando que a pureza cristalina da lógica evitaria este tipo de confusão. Argumentou, ainda, que questões importantes para a epistemologia moderna, tais como os processos mentais, as crenças e os pensamentos, eram, na melhor das hipóteses, investigações psicológicas desnecessárias para a filosofia.

A psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural. A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia. Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos de pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No mais das vezes, eles só emaranham-se em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe também no caso de meu método.⁴⁰

Além disso, as idéias de que *conhecimento* é o conhecimento de estados mentais, (processos mentais), e que *descrições* são genuinamente descrições de experiências privadas, ou de imagens mentais, são insistentemente rejeitadas por Wittgenstein. E isso por dois motivos: as teses de cunho fenomenológico envolvem um massivo material psicológico entre linguagem e mundo, o que impede de ver claramente que a linguagem representa *diretamente* a realidade; e, em segundo lugar, a identificação do critério de sentido com experiências mentais privadas gera uma série de confusões acerca da natureza e do uso da linguagem.

³⁹ Incluo aqui não somente os sistemas filosóficos que privilegiavam de algum modo a epistemologia, mas todos os sistemas filosóficos que precederam a publicação do *Tractatus Logico-Philosophicus* em 1921. Pois, segundo Wittgenstein, o livro trata dos problemas filosóficos e mostra que todos eles são oriundos de uma má compreensão da lógica de nossa linguagem, razão pela qual ele desqualifica toda a tradição que o precede.

⁴⁰TLP §4.1121.

A relação entre lógica e filosofia no *Tractatus* parece ser apresentada de modo a garantir a confluência de duas tradições importantes na história da filosofia, a saber, a tradição *crítica* e a tradição *lógica*.

O *Tractatus* articula organicamente essas duas vertentes, revitalizando-as e, com elas, um grande número das questões filosóficas mais fundamentais. Nessa medida, revela-se um dos pontos máximos de inflexão no curso do pensamento filosófico moderno e contemporâneo.⁴¹

Muito embora a tradição crítica⁴² seja constantemente caracterizada como contrária ao tema das relações entre linguagem, pensamento e realidade, (mais por uma questão de método e de natureza de resposta exigida por questões que envolvam estes conceitos do que propriamente pela natureza das questões mesmas) é com singular destreza que Wittgenstein *organiza* os objetos de investigação da tradição crítica tais como: o essencial, o necessário, o absoluto, o incondicionado, a totalidade, etc.; por um lado, e, por outro, os objetos da investigação empírica (ciência natural) como o aparente, o casual, o contingente, o relativo, o condicionado, o incompleto.

O grande lampejo de Wittgenstein no *Tractatus* consiste em mostrar que todas as questões formuladas a partir destes conceitos (e, em verdade, todas as questões filosóficas) repousam sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem. Mostra com isso que a pretensão filosófica peca por ultrapassar os limites de seu domínio ao tentar discursar acerca dos problemas científicos. Ao fazer isso Wittgenstein aproxima-se da tradição lógica⁴³, pois passa a situar o tema da reflexão filosófica na estrutura essencial do discurso sobre as condições essenciais de toda a representação enunciativa da realidade.

⁴¹ SANTOS, Luiz Henrique Lopes. A essência da proposição e a essência do mundo. In: Introdução a TLP, pág. 13.

⁴² A tradição crítica que menciono aqui diz respeito àquelas doutrinas filosóficas que de algum modo buscaram responder a questão: ‘o que legitimamente podemos pretender conhecer?’. Nela se inclui, portanto, desde filósofos da antiguidade, tais como os sofistas e os céticos, e até mesmo filósofos modernos, tais como Kant e Hume.

⁴³ Entendo aqui por “tradição lógica” o conjunto de doutrinas que buscaram de algum modo refletir logicamente a respeito da natureza das proposições. Este movimento é inaugurado por Frege em 1879, com a publicação de “*Conceitografia*”, e seguido por Russell e dezenas de outros filósofos do que ficou conhecido como “Círculo de Viena”.

3 DA ESTRUTURA DA LINGUAGEM

Depois de considerar os aspectos ontológicos básicos do *Tractatus*, passarei a expor agora, com algum detalhe, a estrutura da linguagem. Não é difícil perceber que os argumentos expostos anteriormente carregam consigo uma série de elementos a respeito da linguagem, isso se deve ao fato de não ser totalmente possível separar estas duas esferas (linguagem e realidade) no *Tractatus*. Ocorre, no entanto, que muitos aspectos ali mencionados exigem uma melhor explicitação, desse modo, as páginas que se seguem têm a pretensa tarefa de jogar luz sobre algumas obscuridades a respeito da estrutura da linguagem. No fim deste capítulo espero poder deixar claro para o leitor as conexões essenciais entre linguagem e mundo.

3.1 Da essência da proposição

O atomismo lógico é uma teoria a respeito da estrutura básica da linguagem natural. Muito embora seja possível encontrar alguns elementos desta teoria já na obra de Platão, foi no século passado que ela tornou-se matéria de discussão relevante, em especial na filosofia inglesa.

A tese mais importante do atomismo lógico é extremamente simples: todas as sentenças da linguagem natural são funções de verdade de proposições mais simples (ou de proposições elementares), que são compostas por nomes simples, que são indefiníveis, ou ainda, pelos átomos lógicos da linguagem. As funções de verdade da linguagem supõem que a verdade ou falsidade de uma sentença complexa seja a função somente da verdade ou falsidade dos componentes da proposição elementar, na qual, sentenças complexas, em princípio, podem ser analisadas. Desde que as relações entre proposições sejam concebidas somente em termos de seus valores de verdade, o atomismo lógico representou a aplicação de uma ampliação da lógica para a linguagem.

Em princípio, todas as asserções significativas devem poder ser analisadas em termos de nomes simples – os átomos lógicos nos quais a teoria deriva seu nome. A credibilidade do

atomismo lógico depende principalmente do fato de que uma pergunta como “o que isso significa?” depende em alguma medida da análise dos elementos mais complexos aos menos complexos, e esta análise deve ter um ponto de chegada, caso contrário, o sentido lingüístico poderia ser não-determinado. Isto significa dizer que o fundamento desta teoria é afirmar que as questões sobre o sentido lingüístico devem ser respondidas através de um processo de análise de seus componentes simples. O ponto mais importante aqui é perceber que o processo de análise das proposições complexas em seus elementos constituintes deve ter uma fundamentação última, pois do contrário teríamos que admitir que as questões sobre o sentido não têm fim e que a linguagem seria absolutamente indeterminada. Por outro lado, se dissermos que a análise estaria fundamentada num processo circular, como algumas definições são apresentadas em um dicionário, por exemplo, então a linguagem pareceria igualmente indefinida. Desde que nem as alternativas da indeterminação nem da circularidade oferecem uma fundamentação segura para a linguagem, parece impossível não admitir a existência de termos logicamente primitivos capazes de representar o término da análise como uma condição necessária da determinação do sentido. Sendo assim, o alicerce da linguagem são os termos logicamente simples.

Existem dois problemas óbvios em se tratando desta análise lógica que até o momento não parecem ter sido resolvidos satisfatoriamente e é por isso, muito provavelmente, que esta teoria tem sido gradualmente abandonada. O primeiro deles diz respeito a falta de exemplos de átomos lingüísticos logicamente simples. A saída estratégica de Wittgenstein dizendo que uma análise lógica deve resolver o problema da identificação empírica dos átomos lógicos não deveria disfarçar o grave problema na teoria defendida por ele: elucidar como a linguagem é realmente utilizada com um sentido determinado.

O segundo problema diz respeito ao fato de que dado que questões sobre o sentido são respondidas por uma análise lógica, então como é compreendemos sentenças complexas, como habitualmente fazemos, sem termos que necessariamente realizar esta análise? O problema parece se agravar pelo fato de que não parece ser o caso de que não precisamos de uma tal análise, o problema é que não sabemos como fazê-la. Desde que a técnica de análise nunca foi demonstrada, e não temos idéia de como proceder em tais casos, somos levar a crer que questões sobre sentido são raramente respondidas pela análise. Não é minha intenção

oferecer uma resposta a estes problemas, mas, antes, assinalar uma das dificuldades que Wittgenstein enfrentou ao desenvolver sua filosofia da linguagem no *Tractatus*.

Segundo Wittgenstein, um nome de um objeto complexo teria um sentido determinado na proposição sem haver a necessidade de analisar o nome ou mesmo o objeto complexo em seus componentes simples. Uma das razões dadas pelo filósofo é de que sabemos como utilizar expressões que designam objetos. Tentarei a seguir explicitar a natureza das proposições para que este ponto possa tornar-se mais claro.

O que é uma proposição? Por que Wittgenstein afirma em 5.4711 que especificar a essência de toda a proposição é especificar a essência da descrição? E por que especificar a essência da descrição significa especificar a essência do mundo? Vou tratar aqui da primeira questão, e reservarei as demais questões para o fim deste capítulo. Começarei a expor agora o que Wittgenstein entende por proposição.

Convencionalmente o termo alemão *Satz* pode significar tanto uma sentença como uma proposição. No idealismo e na lógica psicologista este termo foi utilizado como algo que denotava uma incidência sobre idéias. Tanto Wittgenstein como Frege e Russell rejeitaram fortemente esta concepção. Segundo Glock (1997, p. 288), Wittgenstein distingue o signo proposicional de uma proposição, o primeiro é uma espécie de instância perceptível de inscrição gráfica, a segunda é um símbolo. No *Tractatus* uma seqüência de signos somente se configura em uma proposição significativa se, e somente se, for capaz de descrever uma situação possível no mundo.

A consequência direta desta argumentação é que proposições serão descrições contingentes de fatos. Glock apresenta ainda uma série de modificações realizadas por Wittgenstein a respeito da aceção dada ao termo “proposição” em se tratando das aceções dadas por seus predecessores. Com efeito, o *Tractatus* apresenta a proposição como composta de função e argumento, distinguindo-se da teoria russelliana e fregeana no sentido de que seus argumentos são nomes e não objetos ou valores de verdade. Outro detalhe importante a ser mencionado diz respeito ao fato de que uma proposição é logicamente articulada, ou seja, a

proposição tem por natureza uma espécie de complexidade essencial⁴⁴, pois possui dois ou mais elementos constituintes que não se resumem a apenas uma lista de nomes. Se fosse uma lista de nomes então aquilo que ela representa não passaria de uma lista de elementos constituintes. Segundo Santos, a estrutura proposicional é pensada por Frege, Russell e Wittgenstein, de modo muito semelhante. Efetivamente podemos pensá-la do seguinte modo:

Chamemos de *molecular* toda proposição que inclua uma ou mais proposições entre seus constituintes lógicos. Chamemos de *conectivo* toda expressão cuja articulação lógica com uma ou mais proposições resulte numa proposição molecular.⁴⁵

Para evitar uma possível confusão entre uma proposição *molecular* e uma proposição *elementar*, eu chamo a primeira de proposição *complexa* e a segunda de proposição *simples*, naqueles sentidos dado, respectivamente, ao simples e ao complexo no *Tractatus*, obviamente. Uma proposição complexa é composta de uma ou mais proposições, ou seja, está em relação com outras proposições. Uma proposição simples é composta exclusivamente de nomes em direta conexão com objetos: não possui relações com outras proposições e é, neste caso, elementar.

Anteriormente mencionei que as proposições, assim como ocorre com o caso de *aRb*, também são fatos, pois bem, a explicação de Wittgenstein a respeito da “junção proposicional” reside também em as proposições serem fatos. De certo modo, todos os elementos constituintes da proposição (nomes) só possuem significado no contexto da proposição. Mas os nomes articulam-se nela sem a necessidade de um “cimento lógico”.

Uma proposição é, portanto, uma articulação lógica de símbolos através de conectivos ou variáveis proposicionais, que representam verdadeira ou falsamente um estado de coisas. A condição de sentido de uma proposição é expressa por sua bipolaridade essencial. Mas a tese da bipolaridade exclui a possibilidade de que o sentido das proposições esteja dependente da verdade das mesmas.

⁴⁴ David Shwayder em *On the Picture Theory of Language*, criticou ferozmente a teoria de que no *Tractatus* a proposição seria uma espécie de signo complexo que um sujeito pode usar para expressar alguma coisa, teoria defendida por Anscombe e Griffin como mostrarei mais adiante.

⁴⁵ SANTOS, L. H. L. *A essência da proposição e a essência do mundo*. In: *Tractatus Logico-Philosophicus*. Edusp: São Paulo, 2001. p. 37.

Em suma as condições de significatividade de uma proposição não podem ser condições de verdade nem dela própria nem de qualquer outra proposição. O que essa versão do princípio exclui é que: dada uma proposição dotada de sentido, sejam concebíveis circunstâncias em que ela não fosse verdadeira nem falsa. Qualquer que seja a totalidade dos fatos existentes, o que uma proposição enuncia ou pertence a essa totalidade ou não pertence, não há terceira possibilidade. Se uma proposição diz algo, ela o diz em quaisquer circunstâncias concebíveis; se uma proposição tem sentido, devem estar completa e incondicionalmente determinadas suas condições de verdade. Um sentido proposicional indeterminado não é um sentido proposicional. Esse é o postulado da determinação do sentido, a que Wittgenstein se refere no *Tractatus*.⁴⁶

Desse modo, uma proposição tem seu sentido independentemente de sua verdade ou falsidade efetiva. A condição de sentido é anterior verdade efetiva. Uma proposição é um modelo de realidade e, na medida em que descreve uma situação possível no mundo, tem seu sentido justamente por representar uma possibilidade no espaço lógico de combinações. Seria importante perceber agora alguns aspectos relevantes da teoria da figuração, pois assim fica mais fácil perceber em que medida a proposição representa um modelo de realidade.

3.2 Da proposição como modelo de realidade

A concepção de linguagem exposta no *Tractatus* é bastante conhecida pelas peculiaridades de sua teoria da figuração, ou seja, a teoria na qual uma proposição é como que uma figura (*Bild*) de um fato. Meu objetivo principal nesta seção é mostrar que em algum sentido ela é uma teoria claramente possível.

Wittgenstein utiliza a teoria da figuração como o fundamento de sua filosofia da linguagem. Para entender isso é necessário compreender primeiramente qual é exatamente a acepção que Wittgenstein dá ao termo “figuração”, para que o leitor possa compreender adequadamente o poder argumentativo desta teoria. Desse modo, com o objetivo de explicitar este conceito, considere o seguinte enunciado: “o livro está sobre a mesa”. Se eu tomo este enunciado como uma figuração de uma situação na qual um certo livro pode ser encontrado sobre uma certa mesa, é porque compreendo que uma semelhança não material parece estar

⁴⁶ *Idem*, p.56.

suposta entre aquilo que a figuração diz do livro e aquilo que de fato ocorre com ele. É necessário esclarecer que a palavra “livro” não é algo semelhante ao livro descrito na proposição, mas apenas que na figuração de uma situação possível na realidade os signos estão organizados de modo a oferecer uma hipótese de realidade.

Cabe notar que a tese de que uma proposição é uma figuração de uma realidade é algo que aparece muito tarde no decorrer das páginas do *Tractatus*, efetivamente ela aparece apenas no parágrafo 4.01. Curiosamente a tese que é tida como o fundamento de sua teoria da linguagem aparece apenas depois de Wittgenstein apresentar suas idéias ontológicas a respeito do mundo, fatos, estados de coisas, objetos, etc. Somente depois de discutir a noção de figura, pensamento, a relação entre linguagem e pensamento; depois de discutir a aceção dada a um nome, a uma expressão, a uma variável proposicional e a vários outros temas; é que Wittgenstein apresenta finalmente sua tese fundamental.

Talvez seja precisamente com as seções que se iniciam em 4.01 e terminam em 4.0641, que alguém deveria tentar esboçar a teoria figurativa da linguagem de Wittgenstein. A teoria geral da figuração é fundamentada em algumas observações de certas características a respeito de nossa habilidade para entender proposições de nossa linguagem. A capacidade de oferecer uma explicação convincente daquelas características está implicitamente assumida como uma espécie de exigência de adequação para algumas teorias da linguagem, de sorte que qualquer teoria que não possa explicar nossa habilidade em reconhecer e compreender proposições significativas deve ser descartada como insatisfatória.

Desse modo, entender a proposição “chove” consiste em saber o que deveria ocorrer no mundo para que a proposição seja verdadeira. A primeira parte da famosa seção 4.024 do *Tractatus* declara: entender uma proposição significa saber o que seria o caso se fosse verdadeira, estabelecendo assim, com máxima clareza, uma ligação indissociável entre o entendimento da situação e o conhecimento de qual seria a situação se a proposição fosse verdadeira. É preciso notar, no entanto, que ao identificar o entendimento de uma proposição com o conhecimento do que é o caso se a proposição for verdadeira, Wittgenstein deliberadamente deixa escapar o suporte que poderia vir de alguma experiência lingüística comum, como, por exemplo, da mera observação de que negaríamos que uma pessoa entende a proposição “chove” se ela pensa que para essa proposição ser verdadeira o sol deve estar

presente em um lindo céu azul, ou se pelo contrário ela nega a proposição “chove” no momento em que chove a cântaros.

Wittgenstein investiga a natureza da proposição para descobrir o que ela deve ter para que qualquer um possa entender uma proposição e saber o que deveria ocorrer na realidade para que ela fosse verdadeira. Sua conclusão consiste em afirmar que alguém sabe precisamente o que precisa ocorrer para que a proposição seja verdadeira porque a proposição é uma figura de uma realidade possível. Se uma proposição é uma figuração, ou um modelo, de uma realidade possível, e é, neste sentido, essencialmente conectada (TLP 4.03) com ela, então entender uma proposição é equivalente a saber qual é a situação que a proposição está representando. Desse modo, Wittgenstein argumenta que se eu entendo uma proposição eu sei o que deve ocorrer no mundo para que ela possa ser verdadeira.

Segundo Mounce (2001, p. 39), uma proposição representa um estado de coisas possível porque representa algo no mundo e o faz porque está cheia de elementos, cada um dos quais está por algo no mundo. Em “o livro está sobre a mesa”, por exemplo, cada uma das palavras “o livro” e “a mesa” estão por um objeto, a palavra “sobre”, neste caso, está por uma relação, e as palavras quando estão reunidas na página, representam uma ordenação particular destes objetos, ou seja, um estado de coisas.

Desse modo, “o livro está sobre a mesa” representa um estado de coisas enquanto que “a mesa está sobre o livro” representa outro estado bem diferente. Os elementos agrupados em uma frase representam uma situação possível, se invertermos os elementos temos uma outra situação possível, se introduzo mais um elemento temos uma outra e assim sucessivamente.

Há, contudo, um elemento importante sobre este assunto que ainda não mencionei: a proposição como um todo somente é significativa porque seus elementos constituintes denotam ou representam algum objeto. Desse modo, posso dizer que o significado de um nome é algo externo a ele, ou seja, é o próprio objeto que o nome está representando. Resta saber, no entanto, se o significado de uma proposição como um todo é algo que ela representa, ou é algo pelo que ela está. Mas esta não é uma questão difícil de responder: do mesmo modo como se pode assinalar um livro real ou uma mesa real com o significado das palavras “o livro” e “a mesa”, pode-se assinalar um estado de coisas real na qual o livro está sobre a mesa,

como o que é representado pela proposição como um todo. No caso de a proposição ser falsa nada no mundo será capaz de assegurar seu significado, porém, ainda assim a proposição permanece com seu sentido, pois a proposição tem seu sentido como algo antecedente a questão de ser verdadeira ou falsa efetivamente. Segue-se daí que o significado de uma proposição não é algo pelo que ela está, pois uma proposição não é um nome complexo e por isso seu significado não pode ser algo lhe seja externo. Ao pensar a proposição como uma figuração de um fato supõe-se exatamente a compreensão deste aspecto: o sentido de uma proposição é algo interno. Segundo Mounce, o sentido está na proposição como a cena retratada por um quadro está no quadro. Se a cena que é figurada pelo quadro é imaginária, então alguém deve ser capaz de identificar ao menos os objetos no mundo que correspondam às várias partes do quadro, já que ninguém seria capaz de identificar algo no mundo que corresponda ao quadro como um todo.

Não é difícil perceber que a proposição é um modelo de realidade, pois quando enunciamos algo através de proposições estamos apresentando uma possibilidade ou uma figuração de uma realidade possível⁴⁷. Assim como uma maquete representa para um arquiteto um modelo de uma edificação com as mesmas proporções de uma futura construção real, a proposição é uma maquete de uma realidade possível no mundo.

3.3 Da forma geral de uma proposição

A forma geral da proposição tem o papel fundamental de explicar, em certa medida, o modo como a partir de uma única proposição eu tenho todas as demais proposições na linguagem. Frege e Russell, pensaram os axiomas básicos da linguagem de modos distintos, principalmente no que se refere ao uso de constantes lógicas distintas como as mais fundamentais. Para o *Tractatus*, no entanto, os axiomas não mostram nada acerca da lógica. Mounce refere-se às descobertas científicas da época em que Wittgenstein escreveu o *Tractatus* para justificar a utilização daquilo que ficou conhecido com a “negação conjunta”.

⁴⁷ Considerarei aqui a teoria da figuração em seus aspectos gerais, em termos de possibilidades combinatórias abstratamente consideradas, mas há casos nos quais a figura e o afigurado possuem em comum algo de mais concreto: compartilham um mesmo conteúdo. Para uma exposição mais detalhada, veja-se Stenius, *Wittgenstein's Tractatus*, p. 108.

De fato, a barra de Sheffer parece ser a responsável pelo lampejo de Wittgenstein no *Tractatus*:

Se concluimos q de $p \vee q$ e $\sim p$, a relação entre as formas das proposições “ $p \vee q$ ” e “ $\sim p$ ” é velada por esse modo de designação. No entanto, se escrevemos, p. ex., “ $p|q$.|.p|q” ao invés de “ $p \vee q$ ”, e “ $p|p$ ” ao invés de “ $\sim p$ ” ($p|q = \text{nem } p \text{ nem } q$), o vínculo interno torna-se manifesto.⁴⁸

O que Wittgenstein parece requerer aqui é que o emprego de um artifício como a barra de Sheffer (ou negação conjunta) eliminaria a necessidade de se utilizar mais do que um conectivo, ou variável proposicional. Desse modo, as operações lógicas estariam submetidas a apenas uma forma e que representaria a conexão interna entre proposições de um modo mais explícito. Não é difícil perceber assim que “ $p \vee q$ ” e “ $\sim(\sim p, \sim q)$ ” podem ser escritas da mesma forma: $p|q$.|.p|q; isto é, nem nem p nem q , nem, nem p nem q . A tentativa de preservar a forma “*nem...nem*” exige a adoção de uma escrita um tanto quanto artificial. Segundo Mounce, na verdade tudo o que está acontecendo é a exclusão da possibilidade de que “*nem p nem q* ”, que é, por sua vez, o equivalente a dizer “ *p ou q* ” ou ainda “*não é o caso de que não p e não q* ”.

De qualquer modo, a utilização da barra de Sheffer permite-nos eliminar significativamente todos os demais operadores lógicos e mostrar de modo mais evidente a forma lógica. Isto está diretamente relacionado à noção de forma geral da proposição, pois se uma proposição complexa é função de verdade de proposições mais simples e, no decorrer da análise chegamos a proposições absolutamente elementares, então deve haver algo que ligue os elementos destas proposições, e deve existir apenas uma constante lógica. Wittgenstein mostra com isso que em si todas as constantes lógicas não são absolutamente diferentes, pois podem todas ser substituídas pela aplicação sucessiva da negação conjunta. Mostra ademais, que deve existir uma operação fundamental que é o fundamento de todas as demais constantes lógicas. E este fundamento é o que ele chama de “forma geral da proposição”. De certo modo, dirá Wittgenstein, todas as proposições são o resultado da aplicação sucessiva da operação $N(\zeta)$ às proposições elementares. Isto quer significar que qualquer proposição será o resultado da aplicação da negação conjunta:

⁴⁸ TLP § 5.1311.

Toda função de verdade é um resultado da aplicação sucessiva da operação (\neg) a proposições elementares. Essa operação nega todas as proposições entre parênteses da direita e chamo-a a negação dessas proposições.⁴⁹

O essencial deste parágrafo é expressar que o lado direito do parêntese representa uma seleção qualquer de proposições elementares e o lado esquerdo do parêntese expressa uma tabela de verdade onde as ocorrências de falsidades são omitidas. Segundo Mounce (2001, p.73), o que Wittgenstein está fazendo aqui é explicar “ $N(\zeta)$ ” com o apoio de uma tabela de verdade, de modo que “ $N(\zeta)$ ” e “ $(FFFV)(p,q)$ ” são equivalentes entre si. Ao considerarmos o modo como a proposição “ $p \vee q$ ” é gerada a partir de p, q , (duas proposições elementares) e da aplicação sucessiva da negação conjunta, vamos perceber que obtemos em primeiro lugar $N(p,q)$, ou seja, nem p nem q , em um segundo momento temos $N(N(p,q))$, isto é, nem, nem p nem q , nem, nem p nem q , que é o equivalente a “ $p \vee q$ ”.

Segundo Glock (1996, p. 183), o domínio de valores da variável proposicional mais geral que existe, não é um tipo particular de proposição – fa, fb , etc. – mas a totalidade das proposições. Desse modo, ela indica que as proposições devem ser logicamente articuladas, que elas devem afigurar um estado de coisas possível, ou seja, devem ser descritivas.

É de antemão provável que a introdução das proposições elementares seja fundamental para o entendimento de todas as outras espécies de proposição. Com efeito, o entendimento das proposições gerais depende *palpavelmente* do entendimento das proposições elementares.⁵⁰

A geração de proposições começa com proposições elementares, e proposições elementares são geradas a partir de uma variável básica, ou seja, a partir da forma geral da proposição, em seguida as proposições elementares ligam-se a outras proposições elementares gerando a primeira proposição complexa, e assim sucessivamente⁵¹. Percebe-se que com um simbolismo lógico adequado, sem a proliferação de constantes lógicas, a forma lógica da

⁴⁹ TLP § 5.5.

⁵⁰ TLP § 4.411.

⁵¹ Para um detalhamento razoavelmente aprofundado deste ponto, veja-se *Anscombe, An introduction to Wittgenstein's Tractatus*, 1971, p. 131 ss.

proposição torna-se mais evidente. Um simbolismo lógico adequado expressa seu significado através de seu uso, através de um uso claro e delimitado.

Cabe ressaltar aqui que as regras de nossa linguagem não são somente convencionais. O que é convencional na linguagem, as marcas e os sons, deriva seu sentido das regras para seu uso, e estas refletem a lógica do mundo. Esta idéia será rechaçada por Wittgenstein em seus escritos posteriores. No *Tractatus* as proposições da lógica refletem as regras da linguagem e estas se encontram em seu uso. Como tenho assinalado aqui, o filósofo pensava que todas as proposições possíveis estavam determinadas pela aplicação sucessiva da operação $N(\zeta)$ à proposições elementares. Desse modo, se se aplica a negação conjunta a “ p ” e “ q ”, ela determina a proposição $N(p,q)$. Agora se eu aplico aquela operação à $N(p,q)$, torna-se inevitável a determinação da proposição $N(N(p,q))$.

Wittgenstein acreditava que estes passos estavam determinados de um modo inequívoco pelo próprio significado que ele havia dado à negação, pois o significado do signo (\sim) determina de modo inequívoco todas as suas futuras aplicações. Em seus escritos posteriores Wittgenstein irá reconsiderar esta posição. Um dos motivos parece ser a própria modificação do significado da negação, pois, trivialmente em lógica, se eu tenho uma dupla negação a respeito de uma proposição, então eu tenho na verdade uma afirmação. Ora não é este o significado que o filósofo dá a negação no *Tractatus*, pois a segunda negação não parece ter o mesmo significado que a primeira. Normalmente, qualquer lógico formal irá dizer que o sinal de negação cancela uma proposição afirmativa, de modo que, se o sinal de negação cancela “ p ”, então o segundo sinal de negação cancela “ $\sim p$ ”, restando, portanto, “ p ” como resultado. Isto não é outra coisa senão afirmar que a dupla negação equivale a uma afirmação.

Resta perceber, no entanto, que parece puramente convencional utilizar o sinal de negação desta ou daquela forma, pois o senso comum parece utilizar às vezes a dupla negação como uma negação mais forte, ou ainda, que usa a segunda negação com um sentido diferente da primeira – a segunda negação não cancela “ $\sim p$ ”. A equivocidade dos signos é que permite interpretações distintas aqui. Veja-se o caso da palavra “é”, por exemplo, que às vezes aparece como cópula, às vezes como sinal de identidade e às vezes como expressão de existência. Neste caso a palavra “é” está realmente por três símbolos distintos e isto é evidente em sua

aplicação, na qual há três regras distintas para seu uso. Significa, portanto, que a forma lógica é revelada não pelo modo como os signos são vistos ou ouvidos, não pelo que é convencional, mas por sua aplicação.

3.4 Sentido e método de projeção

Passo agora a considerar duas questões mutuamente dependentes: a questão da denotação, ou seja, do sentido e da referência, e da teoria da verdade como correspondência. Como procurarei mostrar em algum pormenor, a questão da denotação envolve uma relação projetiva e também a verdade como correspondência direta entre uma proposição e um fato no mundo.

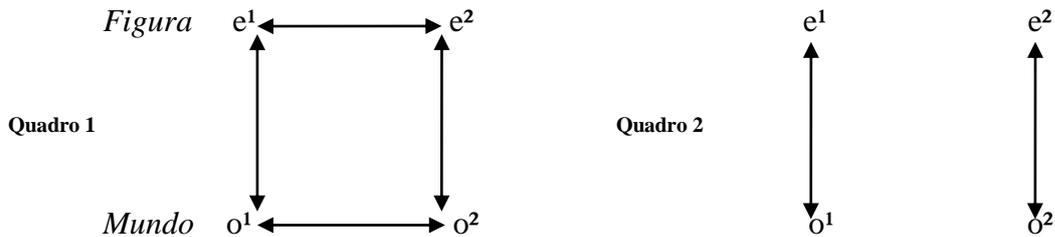
Uma proposição é instituída por meio da projeção de um fato possível num sinal proposicional. O método desta projeção consiste em pensar o sentido da proposição. Desse modo, tudo aquilo que se vincula ao sinal proposicional por meio da projeção constitui o pensamento que a proposição visa exprimir. A proposição no sentido tractariano é verdadeira se e somente aquilo que a proposição diz ser o caso de fato ocorra no mundo, ou se aquilo que ela diz não ser o caso de fato não seja no mundo. Esta parte da teoria liga-se àquilo que se conhece como teoria da verdade como correspondência. No entanto, cabe notar que existem dois tipos de teorias da correspondência: uma que exige uma congruência e outra que exige uma correlação. A primeira exige que os elementos do estado de coisas e do fato estejam estruturados de maneira análoga. Ou seja, que os elementos do gerador de verdade estejam estruturados da mesma maneira que os elementos do portador de verdade. A segunda não exige esta isomorfia, mas exige uma correlação, uma correspondência do que a proposição diz com o que de fato ocorre.

Não é difícil encontrar na literatura especializada o nome de Aristóteles como o principal representante desta última teoria. Com efeito, Aristóteles argumenta na *Metafísica* que “dizer do que é que é e do que não é que não é é dizer a verdade e dizer do que é que não é e do que não é que é é dizer o falso. Mas no caso de Wittgenstein parece claro que sua teoria

da verdade como correspondência é aquela congruência que eu mencionei no parágrafo anterior.

Parece claro também que Wittgenstein do *Tractatus* desenvolveu uma sofisticada versão da teoria da verdade como correspondência, enquanto que o “segundo Wittgenstein”, juntamente com Ramsey, foi um dos pioneiros da teoria da verdade como redundância. No *Tractatus* a teoria da verdade como correspondência tem como base a idéia de que a verdade é uma relação entre gerador de verdade (um julgamento, uma sentença ou uma proposição) e alguma coisa na realidade que a faz verdadeira (um fato). Uma dificuldade para os proponentes desta teoria, como Moore e Russell, é esclarecer as noções de geradores de verdade, portadores de verdade e a relação de correspondência. Frege ofereceu uma resposta a esta questão afirmando que a relação de correspondência não seria o colapso entre portador de verdade e gerador de verdade. Concluindo que a verdade é *sui generis* e indefinível. Wittgenstein procurou responder a este desafio. Verdade e falsidade não são duas entidades abstratas nomeadas pela proposição, como Frege havia concluído. Também não são duas propriedades nas quais as proposições se ancoram, assim como o que deve ocorrer com as rosas para que possam ser vermelhas ou brancas. Ser verdadeira ou ser falsa são duas relações nas quais uma proposição pode estar para a realidade, e esta é uma propriedade essencial da proposição.

Uma figura proposicional verdadeira tem um sentido e existe uma correlação direta entre os elementos da figura e do objeto, compreendendo assim o estado de coisas retratado. Esta correlação de elementos e objetos é a relação da forma figurativa com a figura mesma, ou seja, revela o que é comum em ambas: a forma lógica da figuração e a forma lógica da realidade. Por outro lado, uma figura proposicional falsa também possui sentido, mas não existe uma correlação entre os elementos da figuração e a figura de objetos no estado de coisas retratado. Não existe, então, uma relação figurativa entre a figura e o mundo e a forma figurativa representa somente um possível e um não atual estado de coisas. Veja-se o seguinte exemplo, no qual temos dois objetos o^1 e o^2 , representados na figura proposicional pelos elementos e^1 e e^2 :



A ilustração mostra que para que uma figura possa ser verdadeira no sentido de representar um estado de coisas existente, os elementos $e^1 \longleftrightarrow e^2$ e os objetos $o^1 \longleftrightarrow o^2$ devem possuir algo em comum. Esta é, evidentemente, a relação da forma figurativa com figura mesma. O relacionamento vertical exposto ao lado representa os relacionamentos figurativos, ou formas representacionais, de uma figura e , neste caso, a justeza da representação determina o valor de verdade da figura proposicional como verdadeira.

Fica fácil agora perceber o que Wittgenstein quer dizer quando fala que “a figuração é um modelo de realidade”⁵² e que “os elementos da figuração substituem nela os objetos”⁵³. Desse modo, uma proposição somente poderá afigurar um estado de coisas se os seus elementos, a saber: os nomes, correspondem de alguma maneira aos elementos desse estado de coisas, a saber: os objetos. Os elementos da figuração devem funcionar como sucedâneos dos objetos. Uma figuração é composta de uma estrutura acompanhada de uma relação figurativa, ou seja, de duas relações, uma entre seus elementos e uma entre eles e a realidade. As correlações entre os elementos da figuração e os elementos da situação que representa constituem aquilo que se conhece como “relação figurativa”, ou “relação pictórica”. Segundo Glock, essas correlações são como “antenas” que se projetam dos elementos da figuração, e que permitem à figuração ir até a realidade, ou em outras palavras, afigurar uma combinação particular de objetos.

As correlações entre os elementos da figuração e dos elementos da situação representam o toque da linguagem na realidade. É através destas correlações que se projetam os nomes à seus correlatos, sentido à referência. Segundo Anscombe (1959), pode-se analisar a teoria da significação de Wittgenstein como uma espécie de desdobramento das teorias originais de Frege e Russell sobre sentido e referência. Isso se deve ao fato de que o problema

⁵² TLP § 2.12.

⁵³ TLP § 2.131.

que estes autores estão desenvolvendo possui uma raiz comum: entender a lógica de nossa linguagem.

Russell em sua introdução ao *Tractatus* afirma:

O trabalho essencial da linguagem é afirmar ou negar fatos. Dada a sintaxe de uma linguagem, o significado de uma sentença fica determinado uma vez conhecido o significado das palavras componentes. Para que uma certa sentença afirme um certo fato, deve haver, como quer que esteja constituída a linguagem, algo em comum entre a estrutura da sentença e a estrutura do fato. Essa é, talvez, a tese mais fundamental da teoria do Sr. Wittgenstein. O que deve haver de comum entre a sentença e o fato, ele sustenta, não pode ser, por sua vez, *dito* na linguagem. Pode, em sua terminologia, ser *mostrado*, e não dito, pois o que quer que possamos dizer precisará também ter a mesma estrutura.⁵⁴

Linguagem e realidade são, efetivamente, os dois pólos sob os quais Wittgenstein estabelece a teoria da representação no *Tractatus*. Por se tratar aqui de domínios que compartilham uma mesma forma lógica, estes pólos ligam-se por várias espécies de relações, mas existe um aspecto importante que deve ser mencionado aqui: embora a linguagem possua a mesma forma lógica do mundo, ela pode expressar a ocorrência de qualquer situação sem com isso pressupor a existência real daquilo que ela expressa. Neste caso, a linguagem parece ser independente do que de fato ocorre no mundo.

O único meio de contato entre a proposição e a realidade se dá exatamente por estas relações projetivas que são as responsáveis pela conexão dos nomes com as suas referências. A significação da proposição consiste nessa projeção. A realização desta projeção exige unicamente que existam entidades designadas pelos nomes. Uma vez determinado o significado dos nomes o sentido da proposição segue-se de maneira imediata, mesmo sem a pressuposição da existência daquilo que ela expressa.

Dentre toda a teia de relações entre linguagem e realidade, uma em especial pode ser considerada como fundamental, e esta relação é a relação projetiva, pois é a partir dela que os nomes ganham significação. Mas qual é exatamente a natureza dessa projeção? Como ela ocorre propriamente?

⁵⁴ RUSSELL, B. Introdução ao *Tractatus Logico-Philosophicus*. In: *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luis Henrique Lopes dos Santos. Edusp: São Paulo, 2001.

Segundo Griffin (1969), a proposição não veicula um sentido determinado, pois para veicular um sentido seria necessário que a proposição tivesse nomes genuínos e não apenas variáveis que não designam nenhuma entidade determinada, embora possuam em si a possibilidade de uma combinação de nomes genuínos. Para ele é preciso que saibamos quais objetos estão dispostos da forma que a proposição descreve, e é por isso que ele afirma que não podemos atribuir nenhum sentido particular a uma proposição, mas, antes, apenas a possibilidade de expressar um certo número de diferentes sentidos. Dizer isso poderia significar que a proposição não possui um sentido, mas apenas a forma de um sentido, não, porém, seu conteúdo.

Não parece, contudo, totalmente correta a interpretação de Griffin, pois Wittgenstein afirma em mais de um parágrafo o fato de que uma proposição é a expressão concreta de um sentido determinado, e não somente a possibilidade de que um sentido seja expresso⁵⁵. A interpretação de Griffin parece estar ancorada no parágrafo 3.13 do *Tractatus*:

À proposição pertence tudo que pertence à projeção; mas não o projetado. Portanto, a possibilidade do projetado, mas não ele próprio. Na proposição, portanto, ainda não está contido seu sentido, mas sim a possibilidade de exprimi-lo. (“O conteúdo da proposição” significa o conteúdo da proposição dotada de sentido.). Na proposição está contida a forma de seu sentido, mas não o conteúdo.⁵⁶

A dificuldade na interpretação de Griffin parece residir na própria idéia que faz da proposição, pois ele concebe a proposição como significativa no momento em que ela é utilizada concretamente por um falante. Esta peculiaridade a respeito do modo como ele entende a proposição o leva a distinguir uma proposição (*Satz*) de uma proposição significativa (*sinnvoller Satz*)⁵⁷. No primeiro caso tenho apenas uma proposição “oca” e no segundo caso uma proposição “plena” de significação, pois estaria num âmbito concreto de aplicação, ou ainda, estão num âmbito referencial concreto⁵⁸.

⁵⁵ KENNY, A. (1981, p. 143).

⁵⁶ TLP § 3.13.

⁵⁷ Esta distinção não parece ser endossada pelo texto de Wittgenstein. GRIFFIN alega, no entanto, que em 3.13 Wittgenstein usou indiferentemente o termo “*Satz*” deixando ao contexto a tarefa de identificar os momentos em que ela deve ser lida como “*Satz*” ou como “*sinnvoller Satz*”.

⁵⁸ GRIFFIN, J. Wittgenstein’s Logical Atomism, p. 131.

Por outro lado, Kenny argumenta que a aparente inconsistência do texto de Wittgenstein diz respeito a uma falha de concordância terminológica, pois à época do *ProtoTractatus*, a passagem 3.13 aparecia em um contexto posterior, e, se considerada no atual contexto a incongruência parece realmente alimentar uma interpretação semelhante a de Griffin. É certo, no entanto, que se analisada em seu contexto original então aquilo que servia de fundamento para a interpretação de Griffin deixa de ser significativo.

Gostaria agora de fazer apenas mais uma consideração a este respeito. Trata-se do modo como Anscombe entende a relação projetiva. Para ela existem dois aspectos importantes desta relação: (i) as relações internas que se estabelecem entre os elementos da figura e (ii) as correlações desses elementos com as coisas que não estão na figura⁵⁹. No primeiro caso temos as partes integrantes da figura, no segundo caso temos aquilo que nós colocamos nela. Isso significa que Anscombe pensa de modo semelhante a Griffin no que diz respeito ao parágrafo 3.13: a proposição tomada isoladamente não possui sentido, pois somos nós que ao pensarmos o sentido da proposição que estabelecemos estas correlações e usamos as palavras para designar certos objetos e representar um possível estado de coisas.

Anscombe parece tratar a proposição do mesmo modo que Griffin, ou seja, como uma mera configuração de variáveis, ou uma espécie de protótipo lógico como expressa Wittgenstein no seguinte parágrafo:

Se transformamos em variável uma parte constituinte de uma proposição, há uma classe de proposições que são todos os valores da proposição variável assim originada. Em geral, essa classe depende ainda do que nós, segundo uma convenção arbitrária, queremos significar com partes daquela proposição. Se transformamos em variáveis, porém, todos os sinais cujo significado foi arbitrariamente determinado, ainda assim continua a haver uma tal classe. Esta, porém, não depende mais de qualquer convenção, mas apenas da natureza da proposição. Ela corresponde a uma forma lógica – a um protótipo lógico de figuração.⁶⁰

Segundo a interpretação de Anscombe, em si mesma, fora de uma utilização concreta, a proposição não representa nenhuma no espaço lógico, embora possua, em virtude da

⁵⁹ ANSCOMBE. An introduction to Wittgenstein's Tractatus. p.68.

⁶⁰ TLP §3.315.

organização interna de seus elementos constituintes, a capacidade de representar qualquer situação cujos elementos mantenham entre si estas relações. Dito de outro modo, o que a proposição projeta no espaço lógico seria apenas sua forma lógica, figurando como uma espécie de rede de lacunas a espera de objetos para preenchê-las.

Para Shwayder (1973), a proposição não é algo usado em uma asserção, mas, antes, identifica-se com a própria asserção. Significa, portanto, que não existe uma etapa prévia na qual os elementos pictóricos ligam-se às coisas. A conexão entre um elemento pictórico e o objeto aparece como uma conexão essencial, no sentido de que o nome é a referência a um objeto determinado independentemente de sua corporificação em qualquer signo particular.

Parece-me bastante evidente que a proposição não pode lançar mais no espaço lógico do que uma teia formal de relações, como pensa Anscombe. Ocorre, no entanto, que não parece ser necessário mais do que isso para que tenhamos um sentido determinado. Os objetos parecem se identificar essencialmente por sua posição na teia de suas possibilidades combinatórias recíprocas, desse modo, um signo para referir deve ter a capacidade de indicar essa posição.

3.5 Do espaço lógico

O espaço lógico é uma espécie de analogia geométrica que é introduzida para tornar inteligível a idéia de que a configuração de objetos produz um estado de coisas que são representados por um arrançamento espacial apropriado de signos proposicionais. No entanto, um arrançamento espacial de coisas, projetadas como um arrançamento espacial de signos, é uma forma de analogia espacial da relação entre linguagem e realidade. A analogia entre espaço físico e espaço lógico aparece em várias passagens do *Tractatus*. Mas o ponto alto desta analogia é expresso nos parágrafos a seguir:

A proposição determina um lugar no espaço lógico. A existência desse lugar lógico é assegurada tão somente pela existência das partes constituintes, pela existência da proposição com sentido.⁶¹

O sinal proposicional e as coordenadas lógicas: isso é o lugar lógico.⁶²

A figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e a inexistência de estados de coisas.⁶³

A figuração representa uma situação possível no espaço lógico.⁶⁴

As analogias oferecem uma ilustração do ponto de vista de Wittgenstein a respeito das proposições elementares como uma espécie de rede lógica, que por sua vez, seria repleta de nomes. A analogia da rede lógica é o aparato da coordenação geométrica, a qual é um sistema de signos com os quais podemos representar alguma situação espacial.

As dificuldades aparecem quando queremos entender o que Wittgenstein quer dizer com o parágrafo 3.41. O que são precisamente coordenadas lógicas e como elas estão significadas no simbolismo proposicional? Se aplicarmos a analogia espacial consistentemente, então, na medida em que coordenadas geométricas somente especificam pontos espaciais sem referência a objetos, as coordenadas lógicas não representam objetos, ou seja, elas não são nomes, e, portanto, pertencem à rede lógica que determina configurações possíveis de objetos no espaço lógico. A especificação de um lugar para o objeto não nos diz por si mesma se um objeto ocorre ou não. Se este for o caso, e na ausência de mais informações, torna-se tentador aqui identificar as coordenadas lógicas com as constantes lógicas. Decorreria daí que as coordenadas lógicas de “ p ” e “ $\sim p$ ” são diferentes e, que, portanto, uma proposição e sua negação não determinam o mesmo lugar lógico, mas, antes, diferentes lugares lógicos. O endosso para uma interpretação semelhante é encontrado no parágrafo a seguir:

Poder-se-ia dizer: a negação já se reporta ao lugar lógico que a proposição negada determina. A proposição negativa determina um lugar lógico *diferente* daquele que a proposição negada determina. A proposição negativa determina um lugar lógico

⁶¹ TLP § 3.4.

⁶² TLP § 3.41.

⁶³ TLP § 2.11.

⁶⁴ TLP § 2.202.

com o auxílio do lugar lógico da proposição negada, descrevendo aquele como situado fora deste.⁶⁵

Não é difícil perceber que uma proposição “ p ” designa como as coisas estão e uma proposição como “ $\sim p$ ” designa como as coisas não estão. Desde que as proposições significativas possuem uma propriedade essencial, a saber: são essencialmente bipolares, “ p ” e “ $\sim p$ ” não podem estar no mesmo lugar lógico, mas, antes, devem estar lado a lado no espaço lógico. Podemos interpretar a diferença entre o sentido positivo e o sentido negativo da seguinte forma: “ $\sim p$ ” é algo diferente de “é o caso que p ”. Nada, no entanto, corresponde ao sinal “ \sim ” na realidade. Assim, as proposições “ p ” e “ $\sim p$ ” possuem sentidos diferentes, mas, ainda assim figuram a mesma realidade.

Segundo Glock (1997, p. 136), o termo “espaço lógico” tem sua origem na termodinâmica geral de Boltzmann. Nesta teoria as propriedades independentes de um sistema físico são tratadas como elementos que definem coordenadas separadas em um sistema multidimensional, cujos pontos constituem a totalidade de estados de coisas possível. Aparentemente Wittgenstein não define este termo. No entanto, não parece difícil perceber que quando ele fala de “espaço lógico” ele esteja se referindo à totalidade de possibilidades lógicas de combinações de objetos.

O espaço lógico contém todas as possibilidades combinatórias de objetos, por isso cada proposição é entendida por nós como marcando uma possibilidade neste quadro lógico. Ao enunciarmos uma proposição estamos na verdade oferecendo uma dupla possibilidade, a saber: de que as coisas estejam como a proposição diz estar ou que as coisas não estejam do modo como ele diz estar. Segundo Glock, para cada n proposições existem $2n$ possibilidades de verdade. Se tivermos apenas duas proposições elementares, por exemplo, então teremos apenas quatro possibilidades de verdade, ou de estados possíveis, ou ainda, de configurações possíveis de objetos. Sejam p e q duas proposições elementares:

Quadro 3

⁶⁵ TLP § 4.0641.

p	q
V	V
F	V
V	F
F	F

Na verdade é como se tivéssemos um quadro lógico de combinações, desse modo, cada vez que uma proposição é enunciada abre-se o leque de possibilidades no quadro. Qualquer proposição enunciada divide o todo do espaço lógico entre as possibilidades de verdade que a confirmam e as que a negam. É por isso que as tautologias, ou as proposições da lógicas são carentes de sentido, pois não marcam nenhuma possibilidade no espaço lógico, pois elas não descrevem um estado de coisas possível. Ou seja, elas não descrevem contingentemente uma realidade qualquer. As contradições, por seu turno, esgotam as possibilidades combinatórias no espaço lógico. Seja p a proposição “chove”:

Quadro 4

 p

 $\sim p$

 $p \vee \sim p$

 $p \& \sim p$

Fica fácil perceber agora que uma proposição como “chove”, por exemplo, marca uma situação possível no espaço lógico, do mesmo modo que a proposição “não chove” marca

outra situação possível. A proposição “chove ou não chove”, por sua vez, não marca nenhuma possibilidade. E, trivialmente, a proposição “chove e não chove” marca todas as possibilidades, esgotando assim as chances de um discurso significativo.

Segundo Santos (2001, p. 54), a afirmação de que uma proposição pode ser verdadeira ou falsa admite duas interpretações. Uma que remete a posição de Frege, que afirma que existem proposições verdadeiras e falsas e que a verdade não está entre os atributos necessários para que um símbolo possa ser reconhecido como um símbolo proposicional. Outra que aponta uma peculiaridade essencial da bipolaridade proposicional exigida pelo *Tractatus*:

Se a peculiaridade da lógica da proposição consiste em ser ela um símbolo para o qual significar é privilegiar um entre dois pólos de uma alternativa exclusiva, apresentando-o como real em detrimento do outro, aquela afirmação deve receber uma interpretação mais forte: uma proposição qualquer tem sentido na exata medida em que pode ser verdadeira e pode ser falsa.

Isso supõe que a realização de uma das alternativas implica na não-realização da outra. É por isso que aquilo que habilita uma proposição a representar um estado de coisas possível é o que a habilita sua negação a representar um outro estado de coisas possível.

3.6 Das proposições da Filosofia

Levando-se em conta a argumentação que tenho desenvolvido até aqui, parece claro que a Filosofia passa a ter uma tarefa radicalmente diferente daquela que a ela tradicionalmente se impunha. Em parte pela mudança de foco no que diz respeito aos objetos de investigação, em parte por uma má compreensão da lógica de funcionamento de nossa linguagem. Assinalarei aqui alguns elementos importantes para esta guinada lingüística.

Em mais de uma passagem já mencionei neste trabalho o fato de que proposições significativas são aquelas que podem ser verdadeiras ou falsas, mas o que agora seria

importante perceber é o fato de que as proposições significativas *dizem* algo a respeito da armação do mundo e *mostram* algo a respeito da organização interna do mundo e da linguagem. É por isso que a distinção entre *dizer* e *mostrar* é tão importante para a noção de significado no *Tractatus*. De um modo geral temos apenas três possibilidades: ou a proposição pode ser verdadeira ou falsa (bipolar, portanto) e por isso é significativa, pois além de dizer algo a respeito do mundo também mostra algo da armação interna dele; ou a proposição é tautologia ou uma contradição e, por isso, não tem sentido, pois não diz nada a respeito do mundo, embora mostre algo importante a respeito de sua armação interna (nesse caso temos uma pseudoproposição, pois embora se assemelhe a uma proposição ela não possui aquela bipolaridade essencial de toda descrição); ou, temos um contra-senso, ou ainda, um caso no qual uma pretensa proposição não dizer nada a respeito do mundo e não mostra nada da estrutura interna dele. Grosso modo, ou a proposição *diz* e *mostra*; ou nada diz, apenas *mostra*; ou ainda não diz e não *mostra*.

No primeiro caso, encontramos as proposições da ciência (proposições genuínas); no segundo caso, encontramos as proposições da lógica (em verdade pseudoproposições) e, no terceiro caso, encontramos todas as tentativas filosóficas tradicionais de falar algo a respeito do mundo, da ética, da religião e demais objetos da filosofia que antecede o *Tractatus* (nesse caso, portanto, os contra-sensos).

As condições de verdade determinam o espaço de manobra que a proposição que a proposição deixa aos fatos. (A proposição, a figuração, o modelo são, em sentido negativo, como um corpo sólido que restringe a liberdade de movimento dos demais; em sentido positivo, como o espaço delimitado por uma substância sólida, onde há lugar para um corpo.) A tautologia deixa à realidade todo o – infinito – espaço lógico; a contradição preenche todo o espaço lógico e não deixa nenhum ponto à realidade. Por isso, nenhuma delas pode, de maneira alguma, determinar a realidade.⁶⁶

A verdade da tautologia é certa; a da proposição é possível; a da contradição, impossível. (Certa, possível, impossível: temos aqui o indício daquela gradação de que precisamos na teoria da probabilidade.).⁶⁷

No quadro 4 deste trabalho eu apresentei uma alegoria do espaço lógico que mostra com alguma clareza o que ocorre com as proposições da lógica, ali mostro que elas esgotam

⁶⁶ TLP § 4.463.

⁶⁷ TLP § 4.464.

as possibilidades de uma descrição possível, uma tautologia não marca nenhuma possibilidade, uma contradição marca todo o quadro – e por isso também não marca nada.

O que as proposições da filosofia tentam dizer não é todo equivocado, o erro ocorre quando elas dizem algo acerca do mundo através da única linguagem possível: a descritiva. Existe um ponto de discórdia entre em relação às proposições da filosofia e da lógica e o *Tractatus* mesmo: se as proposições da lógica e da filosofia não podem ser enunciadas, então como Wittgenstein pôde falar algo a respeito da natureza da lógica? Com efeito, em uma famosa e controversa passagem do *Tractatus* ele afirma:

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.). Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente.⁶⁸

Este ponto parece alimentar ainda mais os argumentos dos críticos de Wittgenstein, pois este parágrafo dá margem à interpretação que acusa o filósofo de admitir sua própria incoerência. Segundo McGuinness, se a filosofia deve abster-se de dizer qualquer coisa que não possa ser legitimamente dita, e se as proposições do *Tractatus* devem, ao fim e ao cabo, ser consideradas como contra-sensos, então parece atraente a suposição de que tudo o que diz respeito a esfera ontológica nas páginas iniciais do *Tractatus* não passe de um mito provisório a ser superado conforme avança a investigação⁶⁹, e de que qualquer tentativa de se levar a sério a discussão sobre traços essenciais da realidade deve ser abandonada juntamente com a escada que se utilizou para chegar ao topo desta discussão⁷⁰. Segundo Mounce (2001, p. 131), é preciso entender que o que Wittgenstein está querendo dizer aqui não é tão absurdo, nem tão arbitrário, como alguns críticos fazem parecer. Ocorre que se faz necessário entender aqui o modo como ele enuncia isso. Mounce sugere dois aspectos importantes para se pensar esta questão: em primeiro lugar, devemos considerar o fato de que mesmo que não pudéssemos captar o sentido daquilo que se expressa no livro, ainda assim poderíamos, certamente, captar aquilo que ele estava querendo dizer ao dizer, e, em segundo lugar, devemos considerar

⁶⁸ TLP § 6.54.

⁶⁹ MCGUINNESS, B. (1981).

⁷⁰ DIAMOND, C. (1988).

seriamente uma opinião que aparece em muitas passagens do *Tractatus*: algo pode ser mostrado inclusive quando nada é dito, ou enunciado. Nem tudo o que é carente de sentido é um contra-senso. As tautologias não são contra-sensos, elas mostram sua forma lógica e ainda assim não possuem sentido.

É certo, no entanto, que as proposições do *Tractatus* não são tautologias, embora possam ser caracterizadas como pertencentes, mais ou menos, a mesma categoria de proposições, pois além de serem carentes de sentido elas nada dizem a respeito do mundo. Elas desempenham um papel importante: elas buscam prevenir o surgimento de confusões. Um crítico poderia objetar: como um enunciado carente de sentido pode desempenhar algum papel significativo? A resposta a esta questão pode ser pensada a partir de dois ângulos: Wittgenstein estaria mostrando o que deveria acontecer caso o que ele desenvolveu tivesse sentido? Ou realmente devemos pensar que o que ele tentou mostrar era realmente impossível de se conceber?

Esta é uma dificuldade que pode ser esclarecida na medida em que levamos em conta a própria posição do *Tractatus*: não há como esclarecer completamente a questão. Wittgenstein estava tratando de um problema muito importante em filosofia: o erro em filosofia não consiste em uma falsidade empírica, como diz Mounce, mas, antes, trata-se de uma confusão. E não parece ser uma confusão qualquer, mas de uma classe especial. Não é o mero enredo de alguém com alguma coisa a respeito da qual ela não domina completamente, mas sim uma confusão no uso das próprias palavras na linguagem. Também não se refere a uma confusão no uso isolado de algumas palavras, mas uma confusão no uso de palavras que não estão regulamentadas por uma sintaxe lógica adequada, ou seja, que não seguem as regras capazes de refletir a forma lógica. A confusão metafísica está em um mau entendimento da lógica de nossa linguagem. Já no prefácio Wittgenstein diz:

O livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem. Poder-se-ia talvez apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.⁷¹

⁷¹ TLP, prefácio, p. 131.

O mérito de um método adequado em filosofia seria mostrar as falsas aparências de sentido, mostrar que afirmações metafísicas são oriundas de um uso inadequado de palavras que nos são familiares. Wittgenstein oferece-nos um exemplo de proposição metafísica e o tratamento adequado que ela deveria receber. Veja-se a expressão: “somente eu existo”, percebemos que nessa expressão existem palavras que nos são bastante familiares. No entanto, o uso da expressão “eu” parece afastar-se do uso cotidiano que dela se faz. Com efeito, o solipsista utiliza a expressão “eu” como se referindo a um objeto que está sobre e contra o mundo no qual ele se distingue a si mesmo como uma pessoa incorporada entre outras, sendo este último mundo irreal, sendo de fato um mero produto de sua mente. Na opinião de Wittgenstein, se tem sentido distinguir um segundo nível no uso da expressão “eu”, então a palavra não denota qualquer objeto.

O exemplo de Wittgenstein visa mostrar que o erro, ou melhor, a confusão, do solipsismo, está em não perceber os diferentes níveis da expressão “eu”. Ele busca expressar uma verdade que, ao fim e ao cabo, não poderia ser enunciada, mas que somente pode enunciar a si mesma, como se fosse acerca de um objeto no mundo, porém, o “eu” tratado como se fosse um objeto no mundo é exatamente um objeto entre outros. A refutação do solipsismo consiste em mostrar que ele representa fatos impossíveis, surge a confusão, portanto, de uma má compreensão da lógica de nossa linguagem.

O problema com a posição do *Tractatus* parece residir no fato de que existem proposições que mesmo não tendo sentido elas ainda assim não são contra-sensos. Elas possuem a aparência de sentido, mas na realidade não o possuem, isto parece ocorrer pelo fato de Wittgenstein estabelecer uma rígida distinção entre proposições com sentido e sem-sentido, que o que conta para uma proposição ter sentido ou não, tem de estar determinado por todos os casos possíveis. De acordo com a distinção, é difícil perceber a força do que o filósofo diz a respeito da filosofia como uma atividade de resolução de confusões, pois é difícil entender como podem existir graus diferentes de proposições sem-sentido, ou seja, como pode uma proposição carecer de sentido e ainda não ser caracterizada como um contra-senso.

3.7 Das proposições da lógica

A idéia de uma primazia da lógica em relação à realidade parece ser uma conseqüência da rígida distinção entre os domínios empírico (ou contingente) e lógico (ou necessário) que Wittgenstein estabelece no *Tractatus*. Grande parte de seus argumentos em favor desta distinção consiste em demonstrar que as proposições da lógica não podem ser confirmadas pela experiência, do mesmo modo que não podem ser refutadas por ela.

Isso se torna evidente quando se analisa uma proposição com a seguinte estrutura: ‘Todos os homens são mortais’. A verdade de uma proposição como esta depende em alguma medida da realidade, ou seja, atesto sua verdade em função de nossa percepção acerca do mundo, pois percebo que homens morrem todos os dias, e que não conheço nenhum homem que viva eternamente, desse modo, ao que tudo indica, sou coagido *externamente* a crer que todos os homens de quem ouvi falar ou tenha obtido contato morrerão um dia. No entanto, não parece ocorrer o mesmo no caso de uma proposição com a seguinte estrutura: ‘Todos os homens não-casados são solteiros’. É evidente que esta proposição é verdadeira porque cada homem do mundo não-casado é solteiro? Atesto a verdade desta proposição após constatar empiricamente que cada homem não-casado é em verdade solteiro? O que parece ocorrer aqui é que a certeza de que todos os homens não-casados são em verdade solteiros não depende do peso da evidência empírica, pois eu não estaria convicto de sua verdade mesmo depois de constatar uma centena de casos onde não-casados são solteiros. Segundo as teses do *Tractatus*, há uma relação necessária ou interna entre ser não-casado e ser solteiro. O que quero explicitar aqui é que uma relação externa é meramente acidental, assim como o é ser brasileiro e ser branco, por exemplo. Mesmo que fosse verdadeiro em todos os casos que todos os brasileiros sejam brancos, ainda assim, seria algo puramente acidental, pois “ser branco” não seria uma propriedade interna de “ser brasileiro”. A verdade dependeria da evidência empírica e não poderíamos determiná-la com a anterioridade que a lógica oferece.

Esta primazia da lógica em relação ao mundo diz respeito ao fato de a lógica não estar em relação com o mundo empírico. A verdade lógica não depende do que ocorre no mundo,

talvez assim se esclareça a razão pela qual “a lógica deve cuidar de si mesma”⁷². A lógica não representa objetos empíricos ou não-empíricos, e, em verdade, a lógica não diz nem faz enunciados acerca de nada em absoluto.

As proposições lógicas descrevem a armação do mundo, ou melhor, representam-na. Não “tratam” de nada. Pressupõem que nomes tenham significado e proposições elementares tenham sentido: essa é a sua ligação com o mundo. É claro que algo sobre o mundo deve ser denunciado por serem tautologias certas ligações de símbolos – que têm essencialmente um caráter determinado. É isso que é decisivo. Dissemos que muito nos símbolos que usamos seria arbitrário, muito não seria. Na lógica, só o que não é arbitrário exprime: isso quer dizer, porém, que na lógica nós não exprimimos, com a ajuda dos sinais, o que queremos, mas o que enuncia na lógica é a própria natureza dos sinais necessários por natureza: se conhecemos a sintaxe lógica de uma notação qualquer, já estão dadas então todas as proposições da lógica.⁷³

As constantes lógicas nada substituem, por isso não são representativas. Mas é um equívoco pensar que por isso a lógica não apresente nada acerca do mundo, pois ela o faz de um modo bastante peculiar: ela *mostra* algo acerca dele mesmo que nada *diga* sobre ele. A fundamental diferença da lógica e das outras ciências é justamente esta: todas as demais ciências *dizem* algo acerca do mundo, enquanto a lógica apenas *mostra*⁷⁴.

Considere o seguinte enunciado: “chove”. Esta é uma proposição que diz algo sobre o modo como as coisas estão dispostas (ou organizadas) na realidade porque tem uma estrutura lógica, porque tem sentido; e mais do que isso: *mostra* seu sentido na capacidade que possui de captar o que diz acerca do mundo, não, porém, no que diz a respeito de seu sentido. A

⁷² TLP §5.473.

⁷³ TLP §6.124.

⁷⁴ A diferença entre dizer e mostrar é algo que perpassa o *Tractatus*. De um modo peculiar tudo aquilo que pode ser dito significativamente (através de proposições com sentido), somente é possível através de uma concepção excessivamente restrita de linguagem, a saber, a linguagem descritiva. Tudo o que pode ser descrito verdadeira ou falsamente da realidade, ou seja, tudo o que é possível na realidade (dentro das possibilidades combinatórias do espaço lógico) pode ser dito significativamente. Em outras palavras, tudo o que é passível de representação pode ser dito com sentido. Por outro lado, todas as proposições que procuram expressar a forma lógica comum às proposições e àquilo que afiguram; que buscam expressar o significado dos signos e o sentido das proposições; que buscam expressar as relações lógicas entre proposições; a estrutura do pensamento e o mundo; que buscam expressar o valor no mundo, são em verdade pseudo-proposições, pois nada dizem significativamente, uma vez que querem dizer algo que em si não poderia ser dito de outro modo. A ciência produz enunciados factuais: afigura combinações de objetos que podem ser verificadas ou falsificadas na realidade. Todas as proposições que afiguram algo na realidade dependem em alguma medida do modo como as coisas estão organizadas nela.

lógica não é aquilo de que falam os enunciados, mas é aquilo que os torna hábeis a falar algo acerca do mundo. A lógica não representa nada, mas é o que torna possível a representação. A lógica, portanto, não pertence ao domínio do que pode ser *dito*, mas, sim, ao domínio do que é *mostrado*.

Contudo, existem razões para crer que há uma conexão entre a lógica e os fatos⁷⁵ (*Tatsache*), pois, segundo Wittgenstein, embora a lógica não determine o que é o caso, são os fatos no *espaço lógico* que constituem o ‘mundo’⁷⁶. Daí as seguintes afirmações:

O mundo é tudo o que é o caso.⁷⁷

O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.⁷⁸

Os fatos no espaço lógico são o mundo.⁷⁹

“Espaço lógico” e “fatos” são conceitos fundamentais aqui, pois representam os alicerces da realidade tal como Wittgenstein a concebe. De certo modo, entender o que é o espaço lógico é entender também o porquê do mundo ser constituído pela totalidade dos fatos e não das coisas. Tudo o que ocorre na realidade é contingente, no mundo não existe nenhuma relação necessária. Considere as seguintes proposições: “*x* é alto” e “*y* é baixo”. Supondo que estas proposições representam estados de coisas e supondo que estados de coisas se mantêm no mundo, torna-se fácil perceber que os atributos de *x* e *y* são meramente acidentais, uma vez que *x* poderia ser baixo e *y* alto. Isto quer significar que os estados de coisas são complexos,

⁷⁵ A existência de estados de coisas pode ser caracterizada como “fatos positivos” e a não-existência de estados de coisas como “fatos negativos”. A classe de fatos negativos evita a simples equação de fatos com a existência de estados de coisas, embora seja claro que Wittgenstein freqüentemente escreva “fatos” enquanto ele estritamente queria dizer “fatos positivos” ou estados de coisas efetivos. Cabe notar, no entanto, que fatos não são descrições verbais de estados de coisas, mas, antes, são formados por elas. Eles não descrevem a realidade: eles são os componentes dela.

⁷⁶ Uma das principais dificuldades na interpretação da ontologia do *Tractatus* consiste na aparente inconsistência da terminologia utilizada ali por Wittgenstein. Com efeito, em 2.04 ele diz que a totalidade da existência de estados de coisas é o mundo; já em 2.06 ele diz que a existência e a não existência de estados de coisas é a realidade; e, curiosamente, em 2.063 ele diz: “A realidade total é o mundo”. Desse modo, em 2.04 o mundo é identificado com a existência de estados de coisas; em 2.06 a realidade é identificada com a existência e a não existência de estados de coisas; e, finalmente, em 2.063 o mundo parece ser identificado com a realidade. Assim, a existência de estados de coisas parece ser identificada com a existência e a não existência de estados de coisas. Para uma discussão mais detalhada sobre este ponto ver FOGELIN, R. J., *The Atomistic Ontology of the Tractatus*. In *Wittgenstein*. New York: Routledge, 2004.

⁷⁷ TLP §1.

⁷⁸ TLP §1.1.

⁷⁹ TLP §1.13.

pois posso sempre imaginá-los em combinações diferentes do que aquelas que me aparecem efetivamente. Porém, na lógica nada é acidental, se uma coisa pode ocorrer em um estado de coisas (*Sachverhalt*), então a possibilidade do estado de coisas deve pertencer à coisa mesma. Funciona assim: é como se x possuísse todas as possibilidades compatíveis a ele (dado pelo espaço lógico de combinações). Desse modo, propriedades tais como altura, peso, etc., são compatíveis somente a determinadas coisas, e se x possui a propriedade de ser alto é por que possui também a possibilidade de ser baixo. Assim, existe um âmbito de estados de coisas determinado pelo espaço lógico no qual x e y se encaixam.

Se a lógica não trata da contingência, então saber quais estados de coisas são *efetivos* e quais não são, não é algo que a lógica possa responder. No entanto, saber quais estados de coisas são *possíveis* sim é uma questão da lógica. Que x seja alto ou baixo é uma questão de fato, porém é uma questão da lógica que x possa ser alto ou baixo.

Dizer que o mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas significa dizer que Wittgenstein não descarta o encaixe das coisas entre si, ou ainda, que leva em conta todas as possibilidades combinatórias das coisas. Desse modo, as coisas só existem na medida em que estão relacionadas com outras coisas, e toda relação efetiva de coisas é aquilo que o filósofo chama de “fatos”. Todas as possibilidades de combinação de uma coisa é algo que está já pré-determinado na própria coisa, está implícito na natureza da própria coisa. É por esta razão que o mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas, e, exatamente por isso, o mundo é muito maior do que as coisas físicas nele existentes.

3.8 Do isomorfismo entre linguagem e mundo

Eu já disse anteriormente que a lógica de nossa linguagem é idêntica à lógica da realidade. Isso quer dizer que a mesma estrutura lógica da realidade está presente em sua plenitude na linguagem. Qual a importância dessa relação entre linguagem e mundo?

Um dos pontos de partida do *Tractatus* é a idéia, já encontrada em Frege e Russell, de que a forma gramatical e a forma lógica da linguagem não coincidem. Grande parte dos problemas metafísicos tradicionais, como o da possibilidade da falsidade, do ser, do não-ser,

etc., foram originados, segundo Wittgenstein, por uma má compreensão da linguagem e pelo desconhecimento da forma lógica idêntica da linguagem e da realidade. Sendo assim, temos que:

A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsos, mas contra-sensos. Por isso, não podemos de modo algum responder as questões desta espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contra-sensos. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem.⁸⁰ (TLP - §4.003).

O que Wittgenstein pretende invalidar não é um ou outro modo particular de formulação de um ou outro problema filosófico particular, mas toda e qualquer formulação de todo e qualquer problema filosófico que o revele análogo a um problema científico, que o faça consistir no problema de saber como representar corretamente algum domínio de objetos ou fatos. O que entra em pauta aqui é o próprio conceito tradicional de filosofia como espécie particular de conhecimento representativo, a própria pretensão da filosofia, implicada nesse conceito, de partilhar com as ciências empíricas o território do saber teórico.

A filosofia passa a ser uma elucidação lógica de pensamentos, entendidos aqui como proposições. A filosofia não é um corpo doutrinal, mas sim uma atividade. Uma atividade de tipo diferente da atividade da ciência, porém, isto não quer dizer que seja uma pseudo-atividade, seu objetivo é, como afirma o filósofo: a clarificação lógica dos pensamentos. Trata-se de resolver a confusão que está contida nas tentativas ilegítimas de falar algo sobre o mundo. Esta confusão consiste no não entendimento da diferença entre o que pode ser dito e mostrado, entre o que só pode ser mostrado, e entre o que não pode ser dito nem mostrado. Uma vez captada esta diferença, as confusões podem ser resolvidas, usando-se de um simbolismo lógico adequado para exibir sua forma lógica.

Uma obra filosófica consistirá, essencialmente, de elucidações. A filosofia não resultará de proposições filosóficas, pois tais proposições não possuem sentido, mas sim de elucidações de proposições. Sem a filosofia, os pensamentos seriam, por assim dizer, nebulosos e indistintos. Sua tarefa, portanto, é torná-los claros e bem delimitados. A confusão

⁸⁰ TLP 4.003.

metafísica não é o resultado de um enredo pessoal ou de falta de conhecimento, mas sim de um mal-entendimento da lógica de nossa linguagem. Um dos objetivos de um método correto em filosofia seria eliminar as falsas aparências de sentido, mostrando que uma afirmação metafísica não se dá através de um uso familiar às palavras.

Essa concepção de filosofia como elucidação realizada através da análise da linguagem, supõe, é claro, a própria concepção de linguagem do *Tractatus*, para que se possa entender exatamente em que medida as proposições filosóficas tradicionais são contra-sensos. As proposições que possuem genuinamente sentido são aquelas que funcionam como uma figuração de fatos, de tal maneira que os elementos da figuração possam estar conjugados de forma a representar um estado de coisas possível, verdadeira ou falsamente, na realidade. O caso limite das proposições com sentido serão as tautologias e as contradições, pois, embora elas não violem nenhuma regra da sintaxe lógica, não são figurações de fatos. Sendo necessariamente verdadeiras, ou necessariamente falsas, não dizem nada com sentido, pois não são bipolares⁸¹, mas apenas mostram um substrato que reside na linguagem, a saber, sua forma lógica. Ademais, nada na realidade é suficientemente capaz de verificá-las ou negá-las, e por isso mesmo, não se encaixam na definição de proposição com sentido. Ou ainda, esgotam todas as possibilidades de verificação e falsificação e não descrevem nenhuma situação possível na realidade.

As tautologias apenas mostram a estrutura lógica da realidade, mostram os limites nos quais todos os mundos possíveis devem estar contidos. Uma vez que proposições tautológicas nada dizem acerca do mundo, isto é, não figuram fatos, ou ainda, não são proposições genuinamente descritivas, elas carecem de sentido. Decorrerá daí, que todas as proposições da metafísica tradicional, serão na verdade pseudoproposições, pois não descrevem nenhuma situação passível de ser verificada ou falsificada, e por isso mesmo, violam as regras da sintaxe lógica, não dizem nada sobre a realidade, nem sequer sobre sua estrutura.

A teoria da figuração constitui o núcleo central de toda a construção teórica de Wittgenstein no *Tractatus*, pois ela explica o significado das proposições que figuram fatos

⁸¹ Uma das condições de sentido de uma proposição é sua bipolaridade essencial, isto é, é uma propriedade essencial de uma proposição, segundo este modelo, que ela possa ser verdadeira ou falsa. A efetiva verdade ou falsidade da proposição é algo que fica em segundo plano aqui. A mera possibilidade de verificação já demonstra que a proposição possui sentido, pois descreve uma situação possível na realidade.

pela existência de uma forma lógica idêntica entre a figura e a realidade figurada. Ou seja, uma forma comum entre a estrutura da proposição e a estrutura da realidade. Dessa forma, a proposição é um complexo articulado de tal modo que corresponde à complexidade articulada de uma dada realidade. Sendo assim, o que torna as proposições significativas é a sua relação com um estado de coisas possível. No entanto, ao que nos parece, não fará sentido, segundo as concepções do *Tractatus*, nenhum tipo de meta-linguagem. Isto terá como consequência o fato de que nada daquilo que Wittgenstein nos apresentou no *Tractatus* poderia ser de fato enunciado, por tratar-se de algo pertencente a um domínio acerca do qual não podemos deliberar, conforme sua própria afirmação: “Daquilo do qual não se pode falar, deve-se calar” (TLP-§ 6.54).

Uma figuração é uma figura de um fato. A forma comum na figura e no fato, que permite a representação, não é ela mesma um fato, ou seja, não pode ser representada na linguagem através de proposições, mas apenas mostrada através das regras de uso da linguagem. Falar da forma lógica do mundo e da forma lógica da linguagem é algo sem-sentido. As proposições da lógica não funcionam como figurações de fatos. As proposições da lógica pretenderiam dizer algo de suas propriedades internas, o que não faz sentido, pois teríamos que supô-las no momento em que as enunciamos. No momento em que dizemos que as proposições da lógica não representam fatos, estamos dizendo que elas apenas mostram algo acerca da estrutura interna da realidade, não teríamos como enunciá-las. Em última instância, as proposições da lógica procurariam dizer algo que em si não poderia ser dito de outra forma. Sendo tautológicas, essencialmente, não diriam mais do que “azul é uma cor”, por exemplo.

Em consequência dessas argumentações segue-se que aquilo que poderá ser dito, poderá ser dito claramente. A pretensão de Wittgenstein parece ser a de repensar a correlação entre linguagem e mundo. O mundo será definido pelos fatos, e por todos os fatos. O fato, por sua vez, é definido pela coexistência de estados de coisas, os quais são combinações possíveis de objetos. Uma vez dado que as proposições elementares são compostas por nomes absolutamente simples, que estão diretamente por objetos, isto é, o nome simples significa o objeto simples, então, pode-se concluir que a forma lógica da linguagem é a forma lógica mesma da realidade, pois, o nome simples deverá ter algo em comum com o objeto simples que ele significará. E, esse mínimo irreduzível é a forma lógica, isto é, os elementos da

figuração deverão ter as mesmas possibilidades de combinação que possuem os elementos do objeto. Uma vez que deve haver algo de idêntico na figuração e no afigurado a fim de que uma possa ser a figuração da outra, então, a forma lógica que todas as figurações devem possuir, não poderá ser figurada por nenhuma figuração. Pois do contrário, cairíamos em um regresso ao infinito, ou seja, seria necessário supor uma segunda linguagem que representaria a primeira, e assim sucessivamente. Por essa razão, Wittgenstein conclui que todo o problema da filosofia reduz-se apenas à distinção entre o que pode ser dito por meio de proposições, isto é, mediante a única linguagem que existe, e o que não pode ser dito, mas apenas mostrado.

A filosofia tradicional quando tenta mostrar as ciladas da linguagem acaba por condenar-se, ela mesma, ao silêncio. Não haverá, portanto, espaço para uma ciência metafísica na construção teórica de Wittgenstein, por utilizar-se de pseudoproposições, que não são nem verdadeiras nem falsas, isto é, não são verificáveis. A própria filosofia reduz-se à simples elucidação da linguagem e do pensamento. Daí decorre que a análise das condições de inteligibilidade de uma linguagem rigorosamente representativa tem menos por objeto desqualificar a metafísica, do que demonstrar a importância do inefável e do impensável.

Ainda assim, a teoria da figuração e sua explicação de verdade lógica conduziram a uma interessante doutrina da necessidade, e também a uma negação de qualquer conhecimento do futuro. Segundo Wittgenstein, as proposições dizem apenas como as coisas estão e não como elas deveriam ser. A única necessidade que pode existir é a necessidade lógica expressa pelas tautologias ou pelas equações matemáticas. No entanto, nem as tautologias, nem as equações matemáticas dizem alguma coisa sobre o mundo. Por conseguinte, no mundo, não pode existir necessidade. E isso se encaixa perfeitamente com sua teoria de que tudo no mundo é contingente e, por isso mesmo, só podemos falar com sentido do que é contingente.

Segundo Wittgenstein, nem mesmo as proposições da ética podem existir, uma vez que a vontade e a realização daquilo que é desejado são consideradas como duas ocorrências diferentes. Nesse sentido, a relação entre a vontade e aquilo que acontece no mundo só poderia ser absolutamente acidental. O homem não pode fazer nada acontecer, nem mesmo um movimento de seu corpo. Não podemos subjugar os acontecimentos do mundo à nossa vontade: somos completamente impotentes. Segundo a teoria da figuração, tanto uma

proposição como a sua negação são ambas possíveis, a proposição verdadeira é meramente acidental. Com isso, Wittgenstein quer dizer que se alguma coisa possui valor, tal fato não pode ser acidental: a coisa tem de possuir tal valor. No mundo, entretanto, tudo é acidental: conseqüentemente, não existe valor no mundo. No mundo tudo é como é, e acontece como acontece, nele não há valor, e se houvesse tal coisa como valor, ele não teria valor. Se houvesse um valor que tivesse valor, ele deveria permanecer fora de todos os acontecimentos, pois todos os acontecimentos são acidentais. Em outras palavras, o sentido do mundo deve estar fora dele: o que o faz não-acidental não pode estar no mundo, pois, caso contrário, isso seria de novo acidental. Conclui-se que essa concepção não constitui uma negação absoluta da existência de valor, mas sim da existência de valor no mundo. Uma vez que as proposições se pronunciam apenas acerca do está no mundo, tudo aquilo que diz respeito à ética não pode ser expresso em proposições, pois, conforme Wittgenstein: “Proposições da ética não podem exprimir nada de mais alto” (TLP§ 6.42). E ainda: “É claro que a ética não se deixa exprimir. A ética é transcendental” (TLP-§ 6.421). Bem e mal existem apenas em relação ao sujeito, e este também é concebido pelo filósofo como transcendental: o sujeito não pertence ao mundo, mas é limite do mundo.

A filosofia tem, a partir do *Tractatus*, um novo objeto: a análise crítica da linguagem. A filosofia legítima ocupa-se deste objeto. Os erros em que se encontraram os filósofos anteriores resultaram da incapacidade de compreender esta tarefa, uma falha que resultava na formulação de pseudoproposições irrespondíveis. A tarefa da filosofia não é tentar responder a essas questões, mas sim mostrar que elas ultrapassam os limites do sentido. Dessa forma, a única legítima tarefa da filosofia é analítica e elucidativa. Nem ambiciona a descoberta de novas verdades, nem tem em comum com a ciência os seus procedimentos metódicos. Seu objetivo é alcançar um ponto de vista lógico correto, uma compreensão daquilo que pode ser dito e de seus limites.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno do *Tractatus Logico-Philosophicus* nunca deixou de ganhar atenção daqueles que se dedicam a Filosofia da Linguagem. Desde o lançamento do livro, em 1921, o debate acerca da natureza da linguagem, assim como suas limitações e alcances, ganhou em clareza e complexidade. Em parte pela própria natureza do texto de Wittgenstein que, pelo estilo adotado pelo autor, foi durante muito tempo considerado difícil e às vezes até mesmo ininteligível. Em parte pela natureza mesma da linguagem, que por si só já representa uma complexidade exacerbada.

Ao longo desta dissertação procurei expor e esclarecer alguns conceitos importantes para o correto entendimento do *Tractatus*. Contudo, não seria demais lembrar que as teses de cunho ontológico desenvolvidas aqui estão entre aquelas que o próprio livro condena ao silêncio. Penso que, em defesa de um ponto de vista alternativo, os ataques a teses deste tipo dirigem-se à tentativa de expressá-las na linguagem, pois o domínio daquilo que pode ser dito significativamente restringe-se àquilo que poderíamos chamar de “domínio dos fatos”. Desse modo, se as teses de cunho ontológico não são factuais, mas, antes, teses necessárias, então parece claro que elas não podem ser consideradas como pertencentes ao domínio do que pode ser dito. Mas será que aquilo que não pode ser dito perde sua legitimidade?

Existem elementos no *Tractatus* que dão margem a uma resposta negativa a esta questão. Veja-se, por exemplo, o caso dos parágrafos seguintes:

Ela significará o indizível ao representar claramente o dizível.⁸²

A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem, esta não pode representar. O que se exprime na linguagem, nós não podemos exprimir por meio dela. A proposição mostra a forma lógica da realidade. Ela a exhibe.⁸³

A presença de uma propriedade interna em uma situação possível não é expressa por uma proposição, mas exprime-se, na proposição que representa a situação, por uma propriedade interna dessa proposição. Tanto seria um contra-senso adjudicar uma propriedade formal a uma proposição quanto abjudicá-la.⁸⁴

⁸² TLP § 4.115.

⁸³ TLP § 4.121.

⁸⁴ TLP § 4.124.

Isto deve significar que existem propriedades necessárias do mundo que não podem ser enunciadas por meio de proposições, mas que podem ser apenas *mostradas* através da observação da estrutura de nossos signos. Se não podemos significativamente falar da ontologia, ela revela-se a nós, implicitamente, no funcionamento de nossa fala significativa.

Vários comentadores condenam, no entanto, este tipo de justificativa para uma investigação a respeito dos aspectos ontológicos do mundo, entre eles Cora Diamond. Para ela assumir uma justificação deste tipo implicaria na hesitação em aceitar as conseqüências extraídas por Wittgenstein no *Tractatus*. Ademais, uma vez percorrido o caminho que o filósofo indica estaríamos, por assim dizer, curados daquela confusão que nos fazia desejar formular teses filosóficas. Diamond argumenta que após ter alcançado a perspectiva correta em relação ao mundo, devemos considerar o *Tractatus* como um enorme conjunto de contra-sensos e abandoná-lo completamente. O desrespeito a este preceito seria uma espécie de acovardamento em relação ao parágrafo 6.54, que consiste em afirmar que se deve jogar fora a escada após tê-la utilizado.

Uma maneira de entender as proposições de cunho ontológico do *Tractatus* seria pensá-las como *provisoriamente* essenciais, mas que, ao fim e ao cabo, devem ser abandonadas como um tipo de verdade superior que não pode ser enunciada significativamente. Vários outros comentadores buscam encontrar um lugar satisfatório para as teses ontológicas do texto de Wittgenstein.

Maslow (1961, p. 160), afirma que uma vez que o estudo detalhado da realidade lhe corresponde à ciência enquanto que o fundamento último da realidade só pode ser alcançado por uma percepção mística, então, assim como Platão, a filosofia do Wittgenstein do *Tractatus* começa com a admiração.

Stenius (1964, p. 224-225), afirma que quando Wittgenstein diz que “o único método correto em filosofia seria demonstrar a todo aquele, que deseja dizer algo metafísico, que ele não tinha dado significado a certos sinais na sua sentença”, temos o sentimento definitivo de que o inefável é somente contra-senso e mais nada. Wittgenstein não estaria dizendo apenas que o enigma é inefável, mas, antes, que o enigma não existe.

Hintikka (2000, p. 12), assume que Wittgenstein começa o *Tractatus* esboçando uma visão geral da estrutura do mundo, linguagem, e pensamento, incluindo suas relações entre si. Assinala também a importância de se considerar tais questões como essenciais para um bom entendimento do conteúdo do texto do filósofo.

Hacker (2005, p. 253), assinala os comentários metafísicos ou ontológicos nos quais o livro começa e argumenta que o *Tractatus* tinha um caráter metafísico por excelência. Para ele o mundo tem uma essência natural que somente poderia ser descoberta pela análise lógica; a lógica pode representar a *priori* a ordem do mundo, a ordem das possibilidades comuns à linguagem e realidade, isto é, a forma lógica de todas as coisas.

Alguns destes intérpretes argumentam que Wittgenstein foi obrigado a deduzir a estrutura essencial do mundo indiretamente, através de uma investigação do que é essencial para algum simbolismo no qual o mundo possa ser representado adequadamente. Boa parte da disputa a respeito da melhor interpretação da relação linguagem-realidade desemboca em uma discussão sobre o fato de obra de Wittgenstein estar inserida num âmbito real dos problemas lingüísticos e filosóficos ou se ela não passa de um mito ontológico. Não pretendo discutir este problema aqui, mas apenas destacar que esta é uma discussão que recentemente tem ocupado a maior dos comentários a respeito do *Tractatus*.

De qualquer modo, não há como negar que as teses de cunho ontológico expressadas pelo filósofo esclarecem vários pontos a respeito de sua teoria da representação. Se ela é válida ou não como modelo teórico é um outro problema. Mas, se tomarmos ela como válida, então temos um modelo de explicação suficientemente capaz de resolver de vez os problemas de significação.

Vimos que os conceitos de representação e gramática relacionam-se de modo fundamental no *Tractatus*, não há como falar de representação sem ao mesmo tempo falar de linguagem, não como falar de linguagem sem falarmos de representação. Isso se deve ao fato de que “falar” significativamente envolve perceber que fazemos descrições de estados de coisas possíveis, ou seja, representamos linguisticamente combinações possíveis de objetos. Vimos, também, que este modo de representação envolve uma série de teses fundamentais a respeito da natureza da proposição e de seu critério de significação.

Procurei deixar claro que se entendermos a lógica de funcionamento de nossa linguagem adequadamente, iremos perceber que os problemas filosóficos não passam de pseudoproblemas. Alguém poderia alegar que isto não resolve os problemas filosóficos tradicionais, pois não oferece uma resposta a cada um deles. Neste caso poderíamos objetar dizendo simplesmente que os problemas deixam de ser significativos, ou seja, que eles deixam de ser problemáticos.

Procurei esclarecer, também, que linguagem e realidade são, efetivamente, os dois pólos sob os quais Wittgenstein estabelece sua teoria da representação, e, que, por se tratar de domínios que compartilham uma mesma forma lógica, estes pólos ligam-se por várias espécies de relações. Entre elas existe uma que é a mais essencial: a relação projetiva.

O único meio de contato entre a proposição e a realidade se dá exatamente por estas relações projetivas que são as responsáveis pela conexão dos nomes com as suas referências. A realização desta projeção exige apenas que as entidades das quais os nomes são sucedâneos existam. Uma vez determinado o significado dos nomes, o sentido da proposição segue-se de maneira imediata, mesmo sem a pressuposição da existência daquilo que ela expressa.

Finalmente, algo importante que não podemos deixar de perceber a respeito da obra de Wittgenstein é o fato de que todas as suas doutrinas estão relacionadas à idéia de que a linguagem tem limites impostos por sua própria estrutura interna. No caso do *Tractatus* temos a posição exata da linha que separa o que faz sentido daquilo não faz. Se não podemos falar sobre ontologia ou sobre qualquer outro tema filosófico isso se deve a uma limitação da própria linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBE, G.E.M. **An Introduction to Wittgenstein's Tractatus**. 4. ed. Londres: Hutchinson University Library, 1971.

_____, **Mr. Copi on Objects, Properties and Relations in the Tractatus**. In COPI, I., BEARD, R. W. (org.). *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. Nova York: Hafner, 1973.

BLACK, M.A. **A Companion to Wittgenstein's Tractatus**. Cambridge University, 1971.

DESCARTES, R. **Meditações Metafísicas**. In: *Os Pensadores*, 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DIAMOND, C. **Throwing Away the ladder**. *Philosophy*, v. 63. p. 5-27, 1988.

_____, ***The Realistic Spirit***. Massachusetts: The MIT Press, 1996.

DUMMETT, M. **Truth and Other Enigmas**. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

FOGELIN, R. J. **Wittgenstein**. New York: Routledge. 2004.

FREGE. G. **Begriffsschrift und Andere Aufsätze**. Edit. Por Ignacio Angelelli, 2. ed. Hildesheim, Nova York: Georg Oims, 1977.

_____, **On Sense and Reference**. Geach, P.T., and Black, M. (eds). Los Angeles: University of California Press, 1970.

GLOCK, H. **Dicionário Wittgenstein**. Trad. de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GODDARD, L., JUDGE, B. **The Metaphysics of Wittgenstein's Tractatus**. *Australasian Journal of Philosophy* (Monograph Series, 1), Jun. 1982.

GRIFFIN, J. **Wittgenstein's Logical Atomism**. Londres/Seattle: University of Washington Press, 1969.

HACKER, P. M. S. **Insight and Illusion**. Oxford: Clarendon, 1972.

_____, **Turning the Examination Around: The Recantation of a Metaphysician**. In: G.P. Baker and P.M.S Hacker, (eds), *An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*, vol. 1. Oxford: Blackwell, 2005.

HINTIKKA, J. **On Wittgenstein**. Belmont: Wadsworth, 2000.

HINTIKKA, M., HINTIKKA, J. **Investigating Wittgenstein**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

KENNY, A. *Introducción a Frege*. Madrid: Catedra, 1997.

_____, **Wittgenstein**. Harmondsworth: Penguin Books, 1980.

_____, **Wittgenstein's early Philosophy of Mind**. In: BLOCK, I. (org.) *Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein*. Cambridge (Mass) M.I.T., 1981.

MASLOW, A. **A Study in Wittgenstein's Tractatus**. California: California University Press, 1961.

MCGINN, M. **Elucidating the Tractatus: Wittgenstein's Early Philosophy of Logic and Language**. Oxford: Clarendon Press, 2006.

MCGUINNESS, B. F. **Philosophy of Science in the Tractatus**. In: *Wittgenstein et le problème d'une Philosophie de la Science*. Paris: Central National de la Recherche Scientifique, 1970.

_____, **The So-called realism of the Tractatus**. In: BLOCK, I. (org.) *Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein*. Cambridge (Mass): M.I.T., 1981.

_____, **Language and Reality in the Tractatus**. *Teoria*, v.2, p. 135-143, 1985.

MOUNCE, O. **Introducción al Tractatus**. Madrid: Tecnos, 2001.

PARK, B. *Phenomenological Aspects of Wittgenstein's Philosophy*. Netherlands: K.A. Publishers, 1998.

PEARS, D. F. *As idéias de Wittgenstein*. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____, **The false prison: A study of the development of Wittgenstein's Philosophy**. Oxford: Clarendon, 1988.

RAMSEY, F.P. **The foundations of Mathematics**. In: *Foundations*. Ed. Por D.H. Mellor. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1978.

RHESS, R. **Ontology and Identify in the Tractatus à propos of Black's Companion**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1972.

RUSSELL, B. **Introduction to Mathematical Philosophy**. Londres: George Allen & Unwin, 1980.

SELLARS, W. **Naming and Saying**. In: COPI, I., BEARD, R.W. (org.) *Essays on Wittgenstein's Tractatus*, Nova York: Hafner, 1973.

SHWAYDER, D. S. **On the picture theory of language: excerpts from a review**. In: COPI, I.,

BEARD, R.W. (org.) *Essays of Wittgenstein's Tractatus*. Nova York: Hafner, 1973.

SLUGA, H. D., STERN, D. G. **The Cambridge Companion To Wittgenstein**. Nova York: Cambridge University Press, 1996.

STENIUS, E. **Wittgenstein's Tractatus**: A critical exposition of its main lines of thought. Westport: Greenwood Press, 1981.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____, **Notebooks**. Edit. Por G.H. Von Wright e G.E.M Anscombe, Trad. De G.E.M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

_____, **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad., notas e ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2001.